



Fundação de Previdência Complementar
dos Empregados ou Servidores da FINEP,
do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA

Relatório de Atividades 2004





Fundação de Previdência Complementar
dos Empregados ou Servidores da FINEP,
do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA

Relatório de Atividades 2004





Apresentação

A Diretoria Executiva da Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA (FIPECq), em cumprimento ao disposto no artigo 30 de seu Estatuto, vem registrar, de forma objetiva e sucinta, dados relativos às atividades desenvolvidas no exercício de 2004. O relatório tem como propósito demonstrar os resultados dos trabalhos executados, possibilitando avaliar o desempenho na efetivação das metas da Fundação.

O ano de 2004 foi bastante representativo para a FIPECq em função das diversas mudanças ocorridas ao longo do período. Além de todas as alterações sofridas internamente, a Fundação enfrentou também os reflexos de acontecimentos externos, como alterações na legislação para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs) e a intervenção, pelo Banco Central, no Banco Santos.

Durante esse período, houve ainda a necessidade de adaptação de suas normas e regulamentos às Leis Complementares n^{os} 108 e 109, a posse da nova Diretoria e eleições para preenchimento de vagas nos Conselhos Deliberativo e Fiscal. O recadastramento de todos os participantes e o cadastro dos planos de benefícios (PPC e PPE) na Secretaria de Previdência Complementar (SPC), iniciados em 2004, representam a firme continuidade destes, com a legitimidade suscitada oficialmente.

A nova Diretoria reativou os contatos institucionais com a Secretaria de Previdência Complementar (SPC), com as Patrocinadoras, com a Associação Brasileira de Previdência Privada (ABRAPP) e com o Sindicato de Previdência Privada (SINDAPP). Mas o contato maior

foi com os participantes. Os Diretores viajaram pelo Brasil e visitaram todas as Patrocinadoras, registrando as reivindicações e reclamações dos participantes e assistidos para conhecer as angústias e expectativas de todos para com a Fundação. A Diretoria atuou de forma a atender a todos os pleitos cabíveis, explicando, àqueles que não poderiam ser atendidos, que não há benefícios sem custos, e que a Fundação não só pertence a todos os participantes, mas é também custeada pelo mesmo grupo de pessoas. Com isto, a FIPECq trabalhou durante todo o ano e está conseguindo amparar todas as questões pendentes nos estados abrangidos.

A área de investimentos também permaneceu firme. A política traçada para o período proporcionou o aumento da rentabilidade das aplicações financeiras, buscando aproveitar as oportunidades de mercado para a maximização dos resultados.

A FIPECq superou sua meta atuarial durante todo o período. Os investimentos da Fundação renderam 16,3%, calculados pelo método de Taxa Interna de Retorno (TIR), que correspondeu a 30% a mais do que o estabelecido atuarialmente, que foi de 12,5% (INPC + juros de 6% ao ano). O resultado positivo se deu mesmo com o provisionamento ocorrido com as perdas das aplicações da Fundação no Banco Santos.

Parte da carteira de renda fixa vinha sendo administrada com agressividade, visando maximizar o retorno, o que de fato aconteceu nos últimos anos. Após o que ocorreu com o Banco Santos, a administração passou a adotar uma política de investimentos absolutamente conservadora. A ampliação dos investimentos na carteira de ações e a rentabilidade deste portfólio garantiram a boa performance de 2004.

Mudança da Diretoria

A Diretoria atual foi formada em 2004 e já segue muito atenta e atuante. São quatro os integrantes:



Da esquerda para a direita: Adilmar Ferreira Martins, Sonia Cristina de Moura Seabra, Luiz Fernando de Almeida Bello e Néilton Antônio Araújo Pereira.

O Diretor Presidente e de Aplicações Financeiras, Luiz Fernando de Almeida Bello, da FINEP, foi empossado em março de 2004.

A Diretora de Projetos Especiais e Comunicação, Sonia Cristina de Moura Seabra, do CNPq, foi empossada em março de 2004.

O Diretor de Previdência, Adilmar Ferreira Martins, do IPEA, foi empossado em junho de 2004.

O Diretor de Administração, Néilton Antônio de Araújo Pereira, do INPE, foi empossado em novembro de 2002.

Eleições para renovação dos Conselhos Deliberativo e Fiscal

A eleição para a escolha dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal foi realizada com êxito e alto número de eleitores, que votaram pelo site da Fundação, nos dias 16 e 17 de novembro de 2004. Foram mais de 1600 votos para um total de 3175 possíveis eleitores, um aumento significativo, comparando-se com eleições passadas. Foi a eleição mais expressiva da Fundação.

O êxito obtido deve-se ao intenso trabalho desenvolvido, pelo Conselho Deliberativo e pela Diretoria, de divulgação da FIPECq, demonstrando sua importância. Todo o esforço empreendido pela Fundação internamente teve como objetivo principal a garantia de uma eleição democrática e com fiel apuração dos votos, dentro de um processo límpido, com regras claras, divulgadas com antecedência pela Comissão Eleitoral.

No Conselho deliberativo temos agora Júlio César Socha (IBICT) e Carlos Roberto Silveira Silva (CNPq), como titulares; Sandra Regina Costa Alves (CNPq) e Wagner Ribeiro Perez Barbosa (IBICT), como suplentes. Geraldo Antônio Montenegro Said (IPEA) e José Demísio Simões da Silva (INPE) fazem parte agora do Conselho Fiscal, como titular e suplente, respectivamente.



Aniversário de 25 anos

Em agosto de 2004, a FIPECq comemorou seu 25º aniversário. São longos anos de esforço profícuo que resultaram numa Fundação sólida e capitalizada, pronta para crescer e tornar-se perene. Comemorou-se também o aprimoramento e expansão dos competentes e inestimáveis serviços que tem prestado ao longo desses anos, sempre buscando a melhoria na qualidade de vida de seus participantes e assistidos.

A legitimidade conquistada deve-se ao reconhecimento adquirido a cada dia, que é consequência da busca constante do aprimoramento de seus objetivos para satisfazer seu público. Não menos legítimo é o fato de ter a FIPECq como valores prescritos no seu Código de Ética a responsabilidade, a eficiência e a eficácia, o respeito no tratamento de todos os seus participantes e a busca de parcerias que possibilitem a concretização de compromisso permanente com a obtenção dos melhores resultados e a credibilidade deles resultante.

Planejamento Estratégico

Desde abril de 2004, a Diretoria Executiva está realizando o Planejamento Estratégico da FIPECq com a participação do corpo gerencial e funcional. O planejamento tem como meta básica o desenvolvimento da Fundação, visando a complementação da aposentadoria do servidor público e a administração de fundos instituídos por terceiros. O objetivo é minimizar o custo unitário por participante ao mesmo tempo em que são aumentadas a qualidade e a oferta de serviços. O mercado de previdência complementar está cada vez mais competitivo e só sobreviverão as entidades que se prepararem adequadamente.

Plano CD

Desde sua posse, a nova Diretoria vem fomentando a união das Fundações atingidas pelo Regime Jurídico

Único (RJU) e passou a reivindicar, de forma conjunta e coordenada, o direito de voltar a administrar a previdência complementar dos empregados ou servidores de suas atuais Patrocinadoras junto às autoridades competentes. Com este objetivo e também o de fortalecer a FIPECq, criou o Plano de Contribuição Definida (CD), já aprovado pelo Conselho Deliberativo em reunião realizada no dia 29 de setembro de 2004. No momento, o plano está sendo examinado pelos presidentes das Patrocinadoras.

O CD entrará em vigor após aprovação da Secretaria de Previdência Complementar (SPC) por meio de Portaria a ser publicada no Diário Oficial da União (DOU).

Após consolidado, a expectativa é de apresentar mais uma opção de ingresso tanto para os participantes que ainda não fazem parte da previdência complementar quanto para aqueles cujas características se encaixam melhor no novo plano.

Afinal, para fortalecer é preciso crescer. Para crescer a FIPECq precisa de produtos inovadores que atendam os interesses de nossos participantes.

Recadastramento dos participantes

Desde o segundo semestre de 2004, a FIPECq está realizando, por meio de seus representantes, pelo site e via Correios, o recadastramento dos participantes vinculados aos Planos de Previdência da Entidade: Plano de Previdência Complementar (PPC) e Plano de Previdência Especial (PPE).

Este trabalho visa manter um cadastro atualizado de informações, indispensável para a boa administração de todos os planos de previdência. Além disso, o cadastro é mantido para fins atuariais. Possibilita, também, a comunicação eficiente da Fundação com os participantes. Com informações corretas é possível analisar e estimar a eficiência dos planos, além de ampliar a qualidade dos serviços prestados.

Criação da ASAF

Desde meados de 2004, os aposentados e pensionistas da FIPECq, com apoio da Diretoria e das Patrocinadoras, estavam trabalhando no processo de criação da Associação dos Aposentados e Pensionistas da FIPECq. O registro oficial já foi concedido à Associação, que agora possui representação legal.

A Associação foi criada com o objetivo de cuidar dos interesses da classe junto à Fundação. E espera-se, também, congrega os aposentados e pensionistas de todas as patrocinadoras da FIPECq. Os associados da ASAF estarão habilitados, também, a desfrutar de programas de lazer e benefícios.

Concluída a primeira rodada de afiliações, será iniciado o processo eleitoral para escolha da Diretoria Executiva e dos Conselhos Deliberativo e Fiscal. Além disso, a ASAF irá tratar do ajuizamento de ação pela isenção de imposto sobre a renda, descontado do valor pago pela FIPECq. É o pontapé inicial para uma série de ações que buscarão melhorar as condições de vida dos afiliados.

Alterações no Estatuto

Em reunião realizada no dia 29 de setembro de 2004, o Conselho Deliberativo aprovou alterações no Estatuto da FIPECq, realizadas em virtude de novos atos normativos expedidos pelo Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) e para que fossem adaptadas às Leis Complementares números 108 e 109 pelas quais a Fundação é regida. O Conselho aprovou também algumas mudanças com o intuito de modernizar e democratizar o acesso à previdência complementar para os trabalhadores que ainda não tiveram a oportunidade de ingressar.

O projeto começou depois de liberada, pelo CGPC, a criação de planos de previdência por sindicatos e entidades classistas e setoriais. Aberta a oportunidade, a FIPECq incluiu no Estatuto a figura do “Instituidor”,

pessoa jurídica de caráter profissional, classista ou setorial, que oferece plano de benefícios na modalidade de Contribuição Definida (CD), podendo utilizar um fundo de pensão como administrador de planos de instituidores ou criar o seu próprio. Daí surgiu o projeto de tornar a FIPECq a administradora do plano de instituidor da FIPECq Vida.

Revisão dos regulamentos do PPC e do PPE

Com a nova Legislação da Previdência Complementar, representada pelas Leis Complementares 108 e 109, ambas de 2001, e as suas posteriores regulamentações, as entidades de previdência complementar devem encontrar a melhor forma de fazer as necessárias adequações em seus estatutos e regulamentos.

A FIPECq, como Entidade administradora de planos de previdência, cumpre as determinações da Legislação no que diz respeito às referidas adaptações. Atendendo ao atual ordenamento legal, a Fundação promoveu a revisão e atualização regulamentar do Plano de Previdência Complementar (PPC) e do Plano de Previdência Especial (PPE), adaptando-os à Reforma da Previdência e Atos Normativos decorrentes da Lei, e os encaminhou ao Órgão Oficial no dia 31 de agosto de 2004.

Após aprovação, a Fundação divulgará amplamente os novos textos para que todos os participantes possam conhecer, com precisão, seus direitos e deveres.

Cadastro dos planos pela SPC

A Secretaria de Previdência Complementar (SPC) acaba de cadastrar todos os planos previdenciários da FIPECq no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC).

Portanto, os códigos dos planos previdenciários da FIPECq são: nº 19.790.016-18, para o Plano de Previdência Complementar (PPC) e nº 19.910.005-29, para o Plano de Previdência Especial (PPE). Conforme afirma a SPC, cada um dos planos possui independência patrimonial em relação aos demais, bem como identidade própria quanto aos aspectos regulamentares, cadastrais, atuariais, contábeis e de investimentos, por isso possuem números específicos.

Os códigos identificam os planos perante a FIPECq, outros fundos de pensão e demais órgãos relacionados à Previdência Complementar. Comprovam, também, a legitimidade dos mesmos, gerando ainda mais credibilidade e confiança aos participantes.

Código de Ética e Código de Governança Corporativa

A FIPECq tem por obrigação informar a todos os interessados por sua atuação aquilo que faz e o resultado que obtém, obrigação que assume formalmente por meio de suas normas e regulamentos. Em conjunto com todos os gerentes, a Diretoria realizou trabalho de apuração dos valores e princípios morais e dos procedimentos operacionais tradicionalmente adotados pela Fundação. Como consequência, os valores e princípios foram formalizados, agregando-se objetivos e diretrizes. Complementou-se com a criação e a implementação do Código de Ética e do Código de Governança Corporativa, aprovados pelo Conselho Deliberativo na reunião de 29 de julho de 2004.

Treinamento de Representantes

A Diretoria de Previdência participou dos treinamentos de representantes realizados nos meses de agosto e setembro de 2004 e levou aos participantes do encontro explicações e retrospectivas sobre os planos administrados pela FIPECq (PPC, PPE e PBS). Enfatizou ainda a importância do bom atendimento aos nossos participantes previdenciários.

Reformulação e intensificação da comunicação (interna e externa)

O jornal da FIPECq está de visual novo e com muito mais conteúdo. Tem também novo nome, **O Previdente**, escolhido por meio de um concurso promovido pela Fundação entre todos os participantes, que deram suas sugestões. Buscando seguir um dos princípios básicos que norteiam a atuação da Fundação, que é a transparência, presente no Código de Governança Corporativa, a reformulação do jornal se deu para tornar mais eficiente e atrativa sua leitura. Uma boa comunicação, tanto interna quanto externa, traz credibilidade, legitimidade e confiança à Entidade.

“A comunicação não deve restringir-se ao desempenho econômico-financeiro, mas deve contemplar também os demais fatores (inclusive intangíveis) que orientam a ação da Entidade e que conduzem à criação de valor”, está escrito no Código. Portanto, a FIPECq está se empenhando para que todos fiquem a par das novidades e, assim, possam participar mais intensamente e colaborar para o desenvolvimento da Fundação.

Obras de saneamento e segurança

Com o intuito de proporcionar mais conforto aos visitantes e maior segurança aos funcionários da casa, a FIPECq modernizou o sistema de acesso às suas dependências. Em setembro de 2004, foi instalado um serviço informatizado de entrada no estabelecimento. Os banheiros foram reformados e a recepção está de cara nova.

Pelo novo sistema, o funcionário precisa passar o crachá num dispositivo que destrava a porta de entrada. Futuramente, esse dispositivo fará também a identificação e o registro de todos que entram na Fundação, o que vai gerar um controle eficiente sobre aqueles que por ela circulam.

A FIPECq sempre busca tranquilidade, segurança e eficiência no desenvolvimento das atividades de seus funcionários e no atendimento aos participantes.

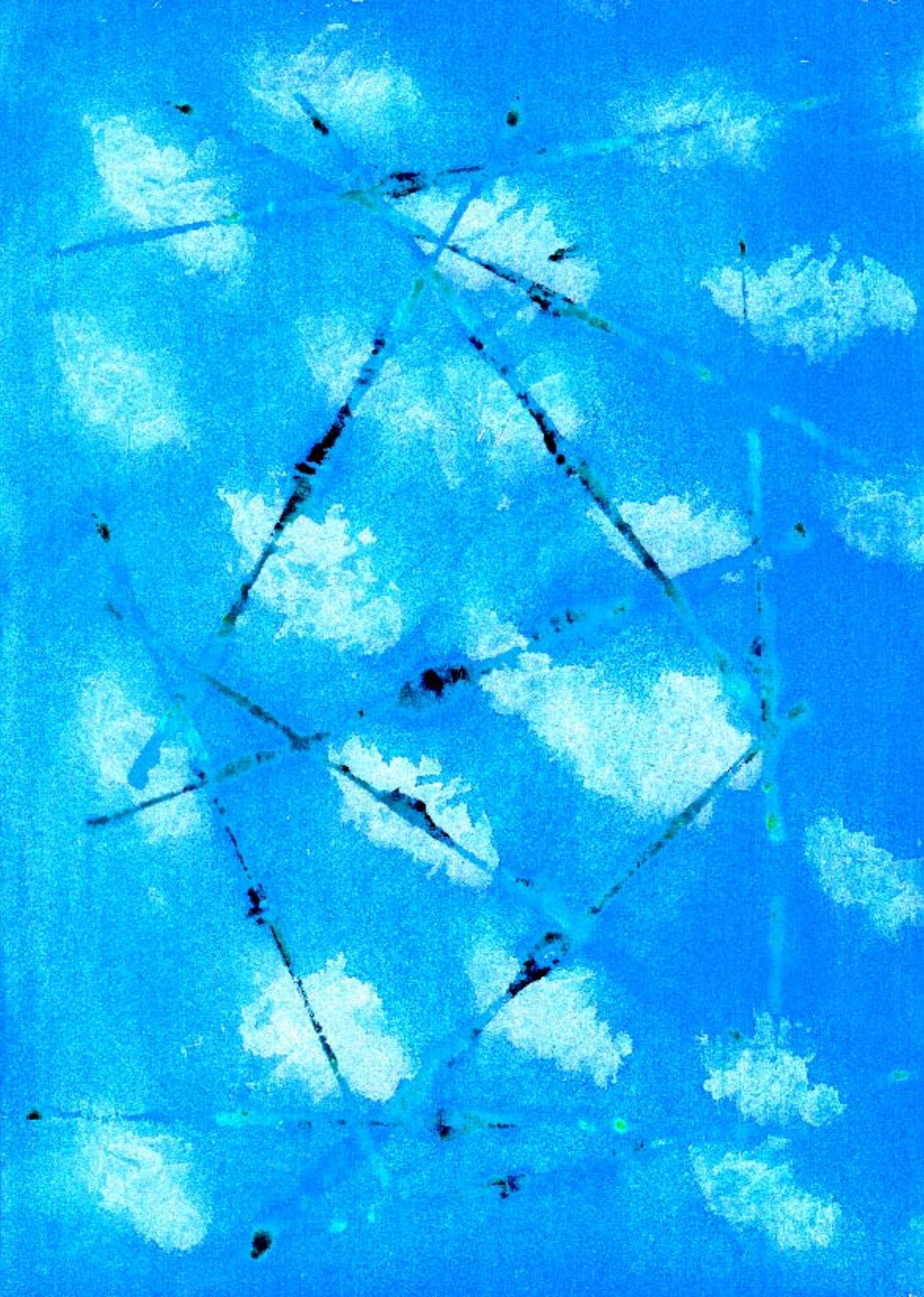
Modernização do parque de informática

Ao analisar os efeitos da constante evolução tecnológica na área de informática, a FIPECq observou a necessidade de investimentos para o desenvolvimento avançado desta área, que estava desatualizada. As medidas já tomadas pela atual Diretoria estão ajudando a melhorar esse quadro, como a troca das estações de trabalho e aquisição de licenças de software, que deram mais agilidade aos processos. Foram atualizados, também, os servidores e componentes de rede, que garantirão maior velocidade, integridade e segurança das informações, otimizando a conectividade nos processos de comunicação dos servidores e estações de trabalho.

Em dezembro de 2004, foi apresentado para a Diretoria Executiva projeto da área em questão apontando as principais deficiências referentes aos recursos físicos, organizacionais e humanos. Foram adotadas medidas

relativas às atualizações dos servidores que suportam todo o processamento dos sistemas e de equipamentos utilizados na estrutura de comunicação. Com isso a FIPECq passou a contar com uma estrutura física de informática de boa qualidade e com capacidade para atender adequadamente suas necessidades.

No que refere-se à segurança da informação, a FIPECq conta hoje com software e hardware adequados e atualizados. Contudo, falta elaborar e instituir a formalização dos procedimentos, que devem ser objeto do manual de procedimentos para uso dos recursos, cuja elaboração está a cargo da área de informática.



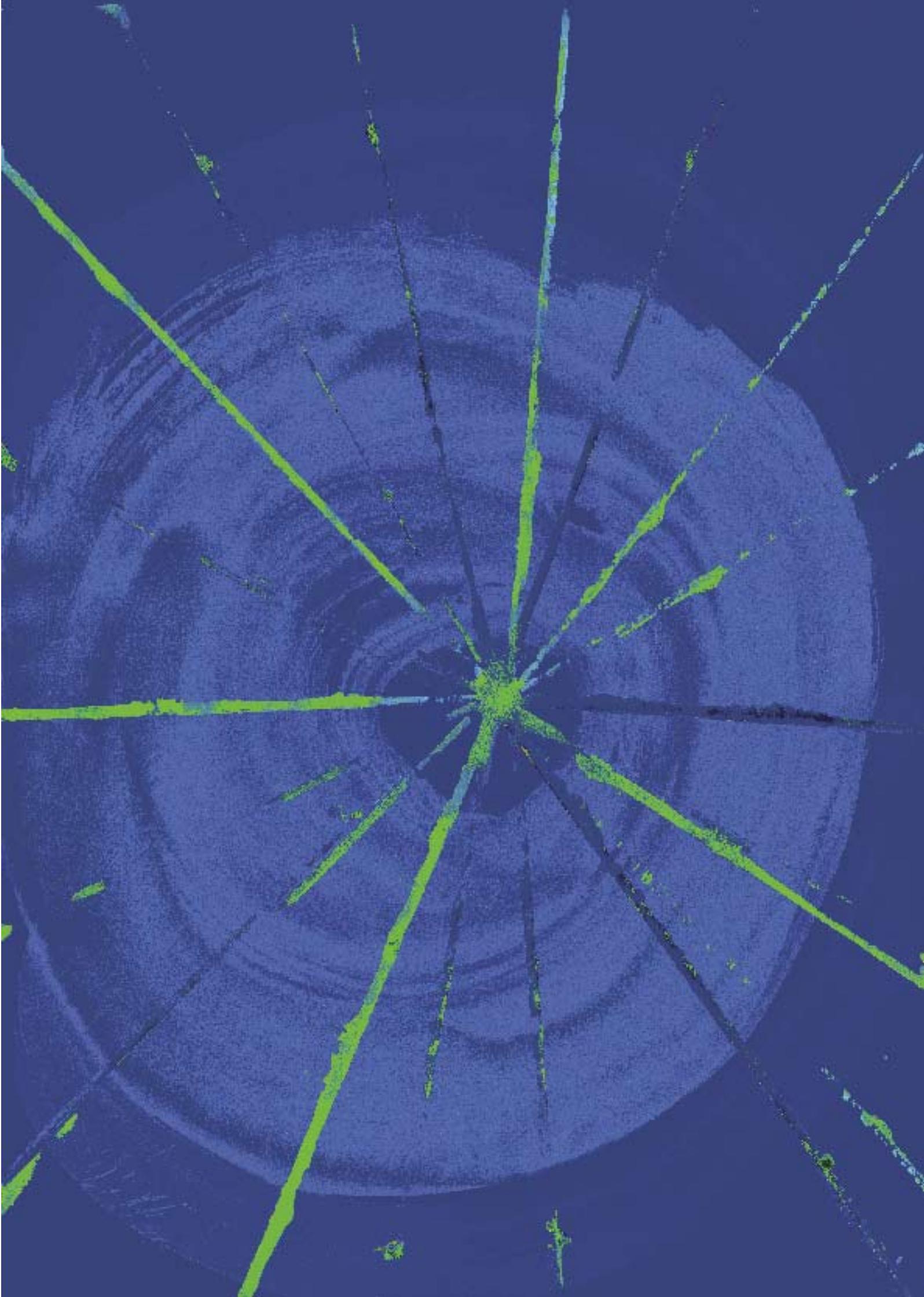
Seguindo os “Princípios Básicos de Responsabilidade Social” do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e da Associação Brasileira de Previdência Privada (ABRAPP) que norteiam as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs), a FIPECq reconhece e valoriza a necessidade de esforços institucionais no sentido de consolidar o sucesso econômico com a minimização dos impactos sociais e ambientais decorrentes da atividade produtiva. Com isso, se propõe a dialogar com os diferentes públicos envolvidos no negócio da Fundação: público interno, fornecedores, participantes ativos e assistidos, comunidade, meio ambiente, entidades governamentais e sociedade.

A FIPECq vem obtendo um constante crescimento econômico, o que comprova sua participação em conjunto com os demais fundos de pensão na economia brasileira e no PIB. A Fundação já começa a contribuir para a criação de uma cultura em que a alocação de seus recursos possa trazer algum benefício social aos participantes e a toda a comunidade, obedecendo-se a critérios estabelecidos pelos órgãos reguladores e fiscalizadores, com fins específicos de preservar a liquidez, a solvência e o equilíbrio dos planos de previdência.

Adaptando-se a esta realidade, a Fundação está introduzindo o quesito responsabilidade social como estratégia de negócio. E já vem dando passos significativos na consolidação de uma cultura empresarial que privilegie a transparência e permita à sociedade conhecer e valorizar os esforços das empresas no sentido de conciliar o sucesso econômico com resultados positivos do ponto de vista social e ambiental. Prova disso foi a instrumentalização do Código de Ética e do Código de Governança, que têm dentre seus princípios diversas questões que cumprem a responsabilidade social.

A área de investimentos também cumpre seu papel, não investindo em ações de empresas de armamentos, bebidas e fumo. E a Diretoria de Projetos Especiais e Comunicação passou a produzir seus brindes contratando empresas locais, o que gera emprego e renda, além da economia de custo. Além disso, utiliza materiais recicláveis para a produção, contribuindo para a preservação ambiental.

A FIPECq cumpre seu papel social e pretende-se tornar ainda mais participativa e integrada aos trabalhos desenvolvidos na sociedade. Ter responsabilidade social é contribuir para o desenvolvimento do país e para a melhoria da qualidade de vida de seus empregados, participantes e de todos os cidadãos brasileiros.



É ambição da FIPECq mudar a cultura interna da casa e alcançar uma posição entre as 30 maiores fundações de previdência fechada do país, o que levou a Diretoria atual a iniciar um amplo processo de planejamento estratégico que continuará ao longo de todo o ano de 2005.

A apuração dos procedimentos operacionais foi encerrada em abril, estando, portanto, completa a base para o trabalho de otimização de processos. A Fundação acredita que o resultado será uma forte economia de custos acompanhada por melhoria na qualidade dos serviços prestados.

Durante o ano de 2005, a FIPECq pretende, também, discutir e analisar diversas questões, como a evolução da conjuntura econômica e social brasileira, que irão influenciar na forma de administrar seus planos previdenciários. Será avaliado, também, o reflexo das recentes normas expedidas pelo Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) com relação às novas abordagens de controles internos e de governança corporativa. Essas questões resultam em estudos acerca do funcionamento e atualização dos planos de benefícios oferecidos pela Fundação para se adequar às exigências atuais.

A Fundação pretende analisar e discutir as conseqüências reais resultantes da elevação da expectativa de vida

do brasileiro. Há que se discutir sobre as hipóteses e métodos utilizados na avaliação atuarial dos planos de benefícios que encarem a questão sob uma nova ótica, considerando, sobretudo, os novos cenários. O aumento da expectativa de vida deverá gerar mudanças no gerenciamento dos planos de benefícios de modo a permitir o surgimento de soluções criativas para a manutenção de valores adequados das complementações de aposentadoria. É preciso que sejam feitos ensaios estatísticos e atuariais para avaliar a necessidade e conveniência de mudanças.

Com o novo cenário trazido pela Reforma da Previdência, alterando profundamente as regras de aposentadoria dos servidores públicos, a FIPECq contratou um consultor especializado para elaborar um estudo abordando as mudanças trazidas pela Reforma e subsidiar o posicionamento de seus dirigentes em face da iminente criação do Fundo de Previdência Complementar do Servidor Público. A FIPECq já começa a identificar as perdas que os servidores públicos terão neste novo cenário e sua posição diante dessas mudanças.

Assim, a tendência, finda a fase de transição, é a aposentadoria do servidor público convergir para o Regime Geral de Previdência Social vigente na iniciativa privada e nas empresas governamentais com essa característica. Os dirigentes da FIPECq já

estudam uma forma de alcançar os servidores que sofreram as conseqüências da reforma da Previdência e que precisarão se filiar e contribuir para um plano de benefício de uma Entidade Fechada de Previdência Complementar para que possam garantir proventos de valor próximo aos recebidos em atividade.

As mudanças devem ser pensadas com cuidado e precisão, mas isso não impede que sejam feitas avaliações nos planos em funcionamento, de modo a permitir o seu permanente equilíbrio financeiro. O procedimento acertado para esta situação consiste em elaborar um teste de adequação ao perfil da população coberta pelos planos, identificar a tábua de mortalidade que melhor se ajuste aos resultados pretendidos e discutir os impactos da alteração das taxas de juros sobre os benefícios a serem concedidos.

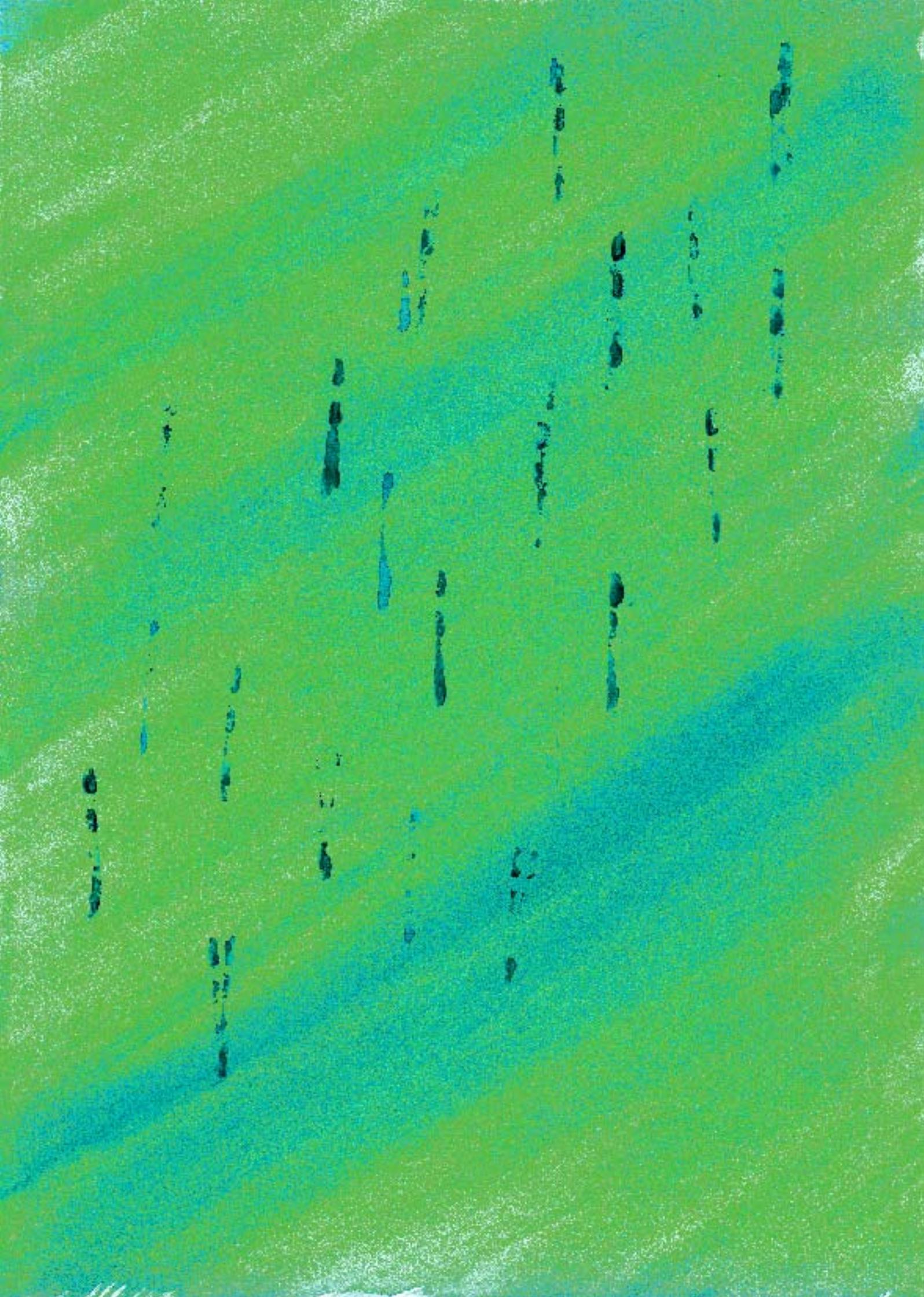
Em 2005, a FIPECq dará prosseguimento ao trabalho de implementação do Plano de Instituidor em parceria com a FIPECq Vida. A FIPECq Vida, como Instituidora, irá atender os associados por meio de convênio de adesão, instituindo um plano que melhor convém aos mesmos, tendo a FIPECq como entidade gestora. Este processo dar-se-á por meio da otimização da estrutura administrativa já existente na Fundação.

Alguns parceiros externos da FIPECq, especializados em Previdência Complementar, foram contratados este

ano para auxiliar na formatação do plano. Eles têm a função de elencar todas as etapas e características necessárias para sua criação, de forma a adequá-lo aos quesitos desejados pelos associados da Caixa de Assistência Social da FIPECq. Todas as alternativas devem ser analisadas para que o novo plano gere os melhores resultados para os futuros participantes.

O Plano de Instituidor entra em vigor após aprovação do Estatuto da FIPECq e do regulamento do novo plano pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC).

A FIPECq está consciente de sua missão de estar constantemente aperfeiçoando e atualizando seus trabalhos e projetos ao tempo e às circunstâncias, sempre buscando a melhor forma de atender seus participantes e assistidos.



Este Relatório de Atividades segue normas legais, apresentando as atividades que se destacaram no exercício de 2004 e os principais aspectos previdenciários, econômico-financeiros e administrativos, acompanhado de demonstrativos, balanços e pareceres que refletem as principais ações.

No decorrer do período, a Diretoria da FIPECq buscou soluções que permitiram a continuidade dos objetivos previdenciários da Entidade em um cenário de profundas mudanças na legislação, traduzidas por atos normativos e resoluções que alteraram substancialmente as regras para atuar em Previdência Complementar.

A partir das metas traçadas em seu Planejamento Estratégico, a área de Previdência da FIPECq se engajou firmemente no processo, não medindo esforços para atingir com êxito as metas estabelecidas para o exercício de 2005.

Atendendo a aspectos legais:

Em cumprimento à Resolução GCPC nº 03, de 19 de dezembro de 2001, a FIPECq encaminhou, em 30 de junho de 2004, o relatório conclusivo de auditoria de benefícios e atuariais do Plano de Previdência Complementar (PPC), com base nos dados cadastrais e atuarias dos últimos 3 exercícios.

O Regulamento do PPC, destinado aos participantes celetistas, foi revisto integralmente, visando cumprir as determinações emanadas pelas Leis Complementares nºs 108 e 109. O novo texto regulamentar foi entregue à Secretaria de Previdência Complementar em 31 de agosto de 2004, após ampla análise dos técnicos envolvidos, do atuário e da Assessoria Jurídica da Entidade, com posterior aprovação do Conselho Deliberativo e anuência das Patrocinadoras.

A FIPECq realizou o recadastramento em 12 de dezembro de 2004 dos planos que administra - Plano de Previdência Complementar (PPC) e Plano de Previdência Especial (PPE) -, junto à Secretaria de

Previdência Complementar, garantindo, portanto, a inscrição de cada um dos planos de benefícios existentes no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB), instituído por meio da Resolução CGPC nº. 14, de 1º de outubro de 2004.

Atualização dos Benefícios:

Em maio de 2004, os benefícios complementados pelo Plano de Previdência Complementar (PPC) e pelo Plano de Benefícios Saldados (PBS) foram atualizados em 4,53%, em conformidade com o Decreto nº 5.061, de 30 de abril de 2004 e o Piso Mínimo em 9,55%, conforme Resolução do Conselho Deliberativo nº 007/04.

Em setembro de 2004, foi aprovada a implementação de reajuste de 9,55% nos benefícios do PPC e do PBS, descontado o reajuste concedido aos assistidos em maio de 2004, considerando o Decreto nº 5.061, de 30 de abril de 2004. Os efeitos financeiros do referido reajuste entraram em vigor já na folha de benefício de setembro de 2004.

No decorrer do exercício, foram concedidos os seguintes benefícios pelo PPC: 6 aposentadorias por tempo de contribuição, 3 pensões, 8 pecúlios e também foram pagos 24 auxílios doença. Foram extintos, no exercício de 2004, 4 aposentadorias por tempo de contribuição, 1 aposentadoria por idade, 7 pensões e 22 auxílios doença.

Quanto às complementações do PPE, estas foram atualizadas no decorrer de 2004 em função do acréscimo concedido pela Lei 10.769, de 19 de novembro de 2003. O PPE totalizou no exercício a concessão de 4 aposentadorias por invalidez e 3 pecúlios por morte.

Os quadros que se seguem demonstram os resultados obtidos no ano de 2004, comparados aos obtidos em 2003.

Quadro I
Evolução das Despesas Previdenciárias do PPC
 (2003 - 2004)

R\$ 1,00

Espécie	2003	2004	Variação (%)
Aposentadoria Invalidez	452.282	501.724	10,9
Aposentadoria por Idade	701.675	765.951	9,2
Aposentadoria Tempo de Contribuição	2.817.395	3.254.674	15,5
Aposentadoria Especial	32.892	36.973	12,4
Pensão	1.433.426	1.643.938	14,7
Auxílio Reclusão	-	-	-
Auxílio Doença	183.043	218.490	19,4
Pecúlio por Morte	150.258	43.798	(70,9)
Subtotal	5.770.971	6.465.548	12,0
Devolução Reserva Poupança	34.477	20.703	(40,0)
Total	5.805.448	6.486.251	11,7

No quadro acima os acréscimos e decréscimos nas aposentadorias por tempo de contribuição, idade, invalidez e nas pensões, são reflexos dos benefícios extintos por motivo de óbito e das novas concessões no período juntamente com o reajuste dos benefícios ocorrido no mês de maio de 2004.

Ainda em maio de 2004, o reajuste dos assistidos do PPC e do PBS foi de 4,53%, de acordo Decreto nº 5.061, de 30 de abril de 2004 e de 4,8024% a partir de setembro de 2004, conforme Resolução 014/04 do Conselho Deliberativo da FIPECq, acatando proposição da Diretoria Executiva.

Quadro II
Evolução das Despesas Previdenciárias do PPE
 (2003 - 2004)

R\$ 1,00

Espécie	2003	2004	Variação (%)
Complementação por Invalidez	169.445	206.550	21,9
Pecúlio por Morte	145.105	74.135	(48,9)
Pensão	9.703	11.091	14,3
Total	324.253	291.776	(10,0)

Entre 2003 e 2004, observou-se a redução nas despesas com pecúlios por morte, explicada pelo pagamento de apenas 3 pecúlios com valores bem inferiores aos pagos no exercício de 2003. A elevação nos benefícios

em manutenção deve-se ao fato de que, no exercício de 2004, estes foram atualizados em conformidade com a Lei 10.769 de 19.12.2003, além da concessão de 4 novas aposentadorias por invalidez.

Quadro III
Evolução das Despesas Previdenciárias do PBS
(2003 – 2004)

R\$ 1,00

Espécie	2003	2004	Variação (%)
Aposentadoria por Tempo de Contribuição	68.737	76.627	11,5
Aposentadoria por Idade	49.644	55.327	11,5
Total	118.381	131.954	11,5

No exercício de 2004 não ocorreram novas concessões e a elevação percentual retrata os reajustes concedidos de 4,53% e 4,8024% em maio e setembro de 2004, respectivamente.

Quadro IV
Despesas Previdenciárias Consolidadas
(2003 – 2004)

R\$ 1,00

Espécie	2003	2004	Variação (%)
Plano de Previdência Complementar-PPC	5.805.448	6.486.251	11,7
Plano de Previdência Especial - PPE	324.253	291.776	(10,0)
Plano de Benefícios Saldados - PBS	118.381	131.954	11,5
Abono Anual Geral	526.382	588.821	11,9
Total	6.774.464	7.498.802	10,7

Nota-se um decréscimo nas despesas com os benefícios do PPE, justificado pela concessão de pecúlios oriundos de participantes falecidos com salários de participação inferiores aos dos falecidos em 2003.

Quadro V
Evolução das Receitas Previdenciárias por Plano

(2003 e 2004)

R\$ 1,00

Patrocinadora	PPC			PPE		
	2003	2004	Var %	2003	2004	Var %
FINEP	2.949.991	3.607.731	22,30	-	-	-
IPEA	-	-	-	324.704	423.952	30,57
CNPq	35.316	36.561	3,53	518.249	592.796	14,38
INPE	51.557	56.303	9,21	238.488	287.072	20,37
INPA	-	-	-	235.905	282.953	19,94
FIPECq	178.264	197.705	10,91	-	-	-
MCT	-	-	-	14.019	15.558	10,98
INT	-	-	-	1.186	1.450	22,26
Assistidos	149.088	4.478	-97,00	10.584	13.930	31,61
Especiais	177.821	195.879	10,16	7.710	16.215	110,31
Total	3.542.037	4.098.657	15,71	1.350.845	1.633.926	20,96

OBS.: O PBS não está incluído por tratar-se de um plano saldado desde janeiro de 1991, ou seja, quem participa não acumula novas contribuições desde o advento do RJU.

As elevações nas contribuições previdenciárias são justificadas pelas conquistas de novos participantes, pelas ampliações do teto máximo de participação em janeiro de 2004 de R\$ 7.477,36 para R\$ 9.600,00 e, em maio de 2004, para R\$ 10.034,88. O incremento das folhas salariais das Patrocinadoras por meio de dissídios, reclassificações e o ajuste nas tabelas de gratificação contribuíram para o aumento do salário de participação, também gerando acréscimo nas contribuições para os planos.

A redução em aproximadamente 97% das contribuições dos assistidos do PPC se justificou pela implementação, em setembro de 2003, da redução das contribuições em 99%. A medida passou a vigorar na folha de benefícios de setembro de 2003, ficando em vigor no decorrer de 2004, sendo passível de reversão em caso de necessidade atuarial para os anos vindouros.

Quadro VI

Resumo Quantitativo dos Benefícios Concedidos e Encerrados em 2004

Benefícios	PPC		PBS		PPE	
	Concedidos	Encerrados	Concedidos	Encerrados	Concedidos	Encerrados
Aposent. Tempo Contribuição	6	4	-	-	-	-
Aposentadoria por Idade	-	1	-	-	-	-
Aposentadoria por Invalidez	-	-	-	-	4	-
Pensões	3	7	-	-	-	-
Pecúlio de Participante Ativo	-	-	-	-	3	-
Pecúlio de Particip. Assistido	-	-	-	-	-	-
Total	9	12	-	-	8	-



Quadro VII

Resumo do Quantitativo dos Participantes Ativos dos Planos Previdenciários da FIPECq por Patrocinadora
(2003 – 2004)

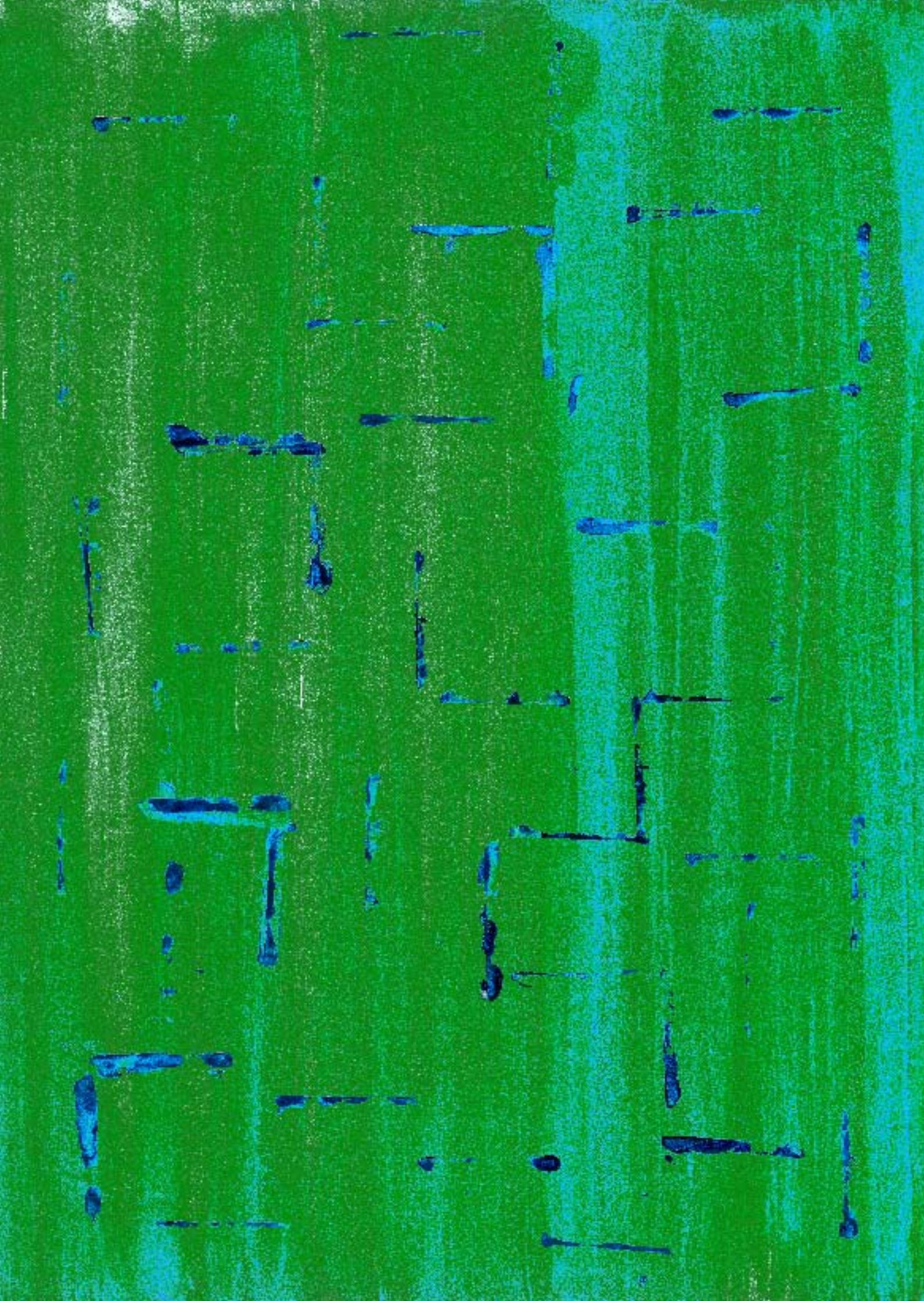
Patrocinadoras	PPC		PBS		PPE	
	2003	2004	2003	2004	2003	2004
FINEP	429	437	-	-	-	-
IPEA	1	1	3	3	458	461
CNPq	3	3	12	11	1.038	1.042
INPE	5	5	1	1	500	510
INPA	-	-	1	1	431	448
FIPECq	37	43	-	-	-	-
Total	475	489	17	16	2.427	2.461

Nota: Estão incluídos os participantes autopatrocinados.

Quadro VIII

Quantitativo de Participantes Ativos e Assistidos dos Planos PPC, PPE e PBS
(2003 – 2004)

Patrocinadoras	2003	2004
Ativos	2.919	2.966
FINEP	410	426
IPEA	459	461
CNPq	1.038	1.035
INPE	503	514
INPA	432	449
FIPECq	30	36
Especiais	47	45
Assistidos	318	321
Aposentadoria Especial	1	1
Aposentadoria por Invalidez	48	52
Aposentadoria por Tempo de Contribuição	98	100
Aposentadoria por Idade	34	32
Pensão	118	115
Auxílio Doença	19	21
Total	3.237	3.287



A Diretoria de Administração tem sua competência estabelecida nos artigos 79 e 80 do Regulamento Básico. Por meio de sua Gerência de Contabilidade e Infra-Estrutura, responde pelas atividades da área meio, que envolve a Entidade como um todo. Dentre as diversas funções desenvolvidas pode-se citar as de Contabilidade, de Pessoal, de Tesouraria, do Patrimônio e da Administração Geral.

Contabilidade:

Implementa as atividades atinentes aos registros e controles contábeis e orçamentários, a exemplo das despesas e receitas de cunho puramente administrativo, como se segue:

- Composição do Fundo Administrativo

O Fundo Administrativo da FIPECq atingiu, em dezembro de 2004, R\$ 33.486.787,00 (trinta e três milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil, setecentos e oitenta e sete reais), como demonstrado a seguir:

Quadro IX

Composição do Fundo Administrativo 2004

R\$ 1,00

Discriminação	Patrimônio Administrativo
1. Fundo Administrativo Normal	36.589.519
2. Fundo Ativo Permanente	357.030
3. (-) Reversão para Encerramento do Plano Assistencial	(3.459.761)
4. No Ano (1+2+3)	33.486.788

- Custeio e Despesas Administrativas

Em 2004, o valor do custeio foi de R\$ 4.019.771,00 (quatro milhões, dezenove mil, setecentos e setenta e um reais) e o da despesa foi de R\$ 6.290.936,00 (seis milhões, duzentos e noventa mil, novecentos e trinta e seis reais).

Quadro X

Demonstrativo de Custeio e Despesas em 2004

R\$ 1.00

Discriminação	Valor
1 - Custeio	4.019.771
Programa Previdencial	859.402
Programa de Investimentos	3.160.369
2 - Despesas Administrativas	6.290.936
Pessoal e Encargos	4.028.607
Serviços de Terceiros	736.180
Despesas Gerais	982.097
Depreciações e Amortizações	109.217
Contribuições Social (PIS/COFINS)	412.596
Outras	22.239
Resultado (1 - 2)*	(2.271.165)

*Valor utilizado dos rendimentos das Aplicações Financeiras auferidas durante o exercício de 2004

- Fundo Administrativo

Quadro XI
Fundo Administrativo
 2004

R\$ 1,00

Saldo do Balanço de 2003	28.947.378
(+) Receitas Administrativas	36.888
(+) Custeio Administrativo	4.019.771
(+) Receitas Financeiras do Exercício	3.774.960
(+) Reversão de Contingência Tributária	2.998.727
Subtotal	10.830.346
(-) Despesas Administrativas	(6.290.936)
Subtotal	(6.290.936)
Saldo Balanço de 2004	33.486.788

Para cobertura do excedente das despesas administrativas diretas, correspondentes a R\$2.271.165,00, foi utilizado o equivalente a 7,85% do saldo do Fundo Administrativo acumulado até dezembro de 2003, no valor de R\$ 28.947.378,00 ou ainda 60,16% dos rendimentos financeiros do mesmo fundo, auferidos no decorrer do exercício, no valor de R\$ 3.774.960,00.

- Despesas Administrativas de Investimentos

De acordo com o estabelecido pela SPC/MPS, as despesas administrativas são custeadas pelo respectivo Programa. Nesse exercício representou um total de R\$ 3.160.369,00 (três milhões, cento e sessenta mil, trezentos e sessenta e nove reais), equivalente a 5,34% das receitas líquidas de investimentos que foram de R\$ 59.214.748,00 ou 0,72% da carteira de investimentos no valor de R\$ 438.224.577,00.

Pessoal:

Em 31 de dezembro de 2004, o quadro funcional da FIPECq era constituído de 39 empregados, incluindo um dirigente designado pela patrocinadora CNPq. Esta área, extremamente sensível, cuida da folha de pessoal em todos os segmentos, incluindo o cálculo e o recolhimento de encargos dos empregados e de prestadores de serviços contratados. Setor sempre submetido à oscilação de leis, normas e regulamentos promulgados pelo Governo Federal e seus órgãos diretos.

Tesouraria:

Setor vinculado à Gerência de Contabilidade e Infra-Estrutura que executa e controla as conciliações bancárias e emite relatórios diários para pagamento e recebimento.

Patrimônio:

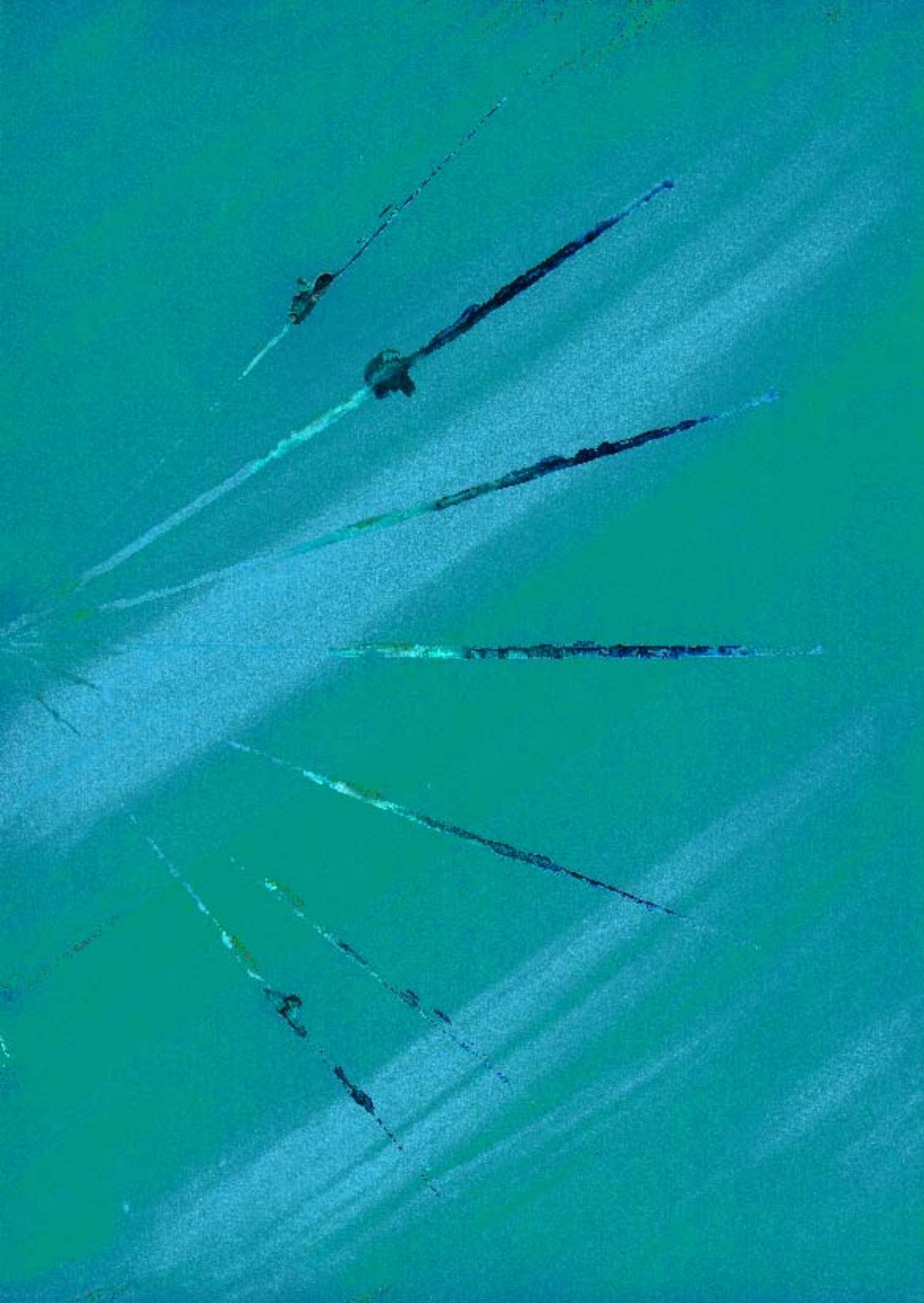
Setor que elabora inventário anual dos bens permanentes, controla o almoxarifado e administra as saídas e entradas de bens de consumo diariamente.

Administração Geral:

Vinculada a já mencionada Gerência, este setor é responsável pela manutenção e reparos do espaço locado pela FIPECq.

Nos meses de março, julho e agosto de 2004, elaboramos projeto arquitetônico para reforma da recepção, banheiros sociais e copa, no intuito de modernizar tais instalações:

- Reforma da área física, aquisição e adaptação dos móveis da recepção;
- Reforma, adaptação e troca das louças dos banheiros sociais;
- Reforma, adaptação e troca de móveis e equipamentos da copa;
- Elaboração de projeto para reformulação de nosso parque de informática;
- Compra de novos equipamentos, softwares e mudanças de leiaute da sala de informática;
- Melhoria da página da FIPECq, com adaptação à nova realidade.



Panorama da Economia em 2004

De acordo com o boletim de conjuntura do IPEA do mês de dezembro de 2004, o bom desempenho da economia do período refletiu a opção política e econômica feita, ainda em 2003, pelo governo do Presidente Lula, opção mantida e ampliada no ano de 2004. O cenário externo favorável contribuiu em muito para a obtenção de bons resultados internos para a economia brasileira. A continuidade do bom desempenho dependerá da evolução desses fatores, tendo o comportamento da economia internacional em 2005 como a principal variável determinante da performance econômica nacional.

A persistência em manter o compromisso com a estabilidade monetária e com a austeridade fiscal foi fundamental para restabelecer a confiança no país, permitir a apreciação do câmbio em relação à subvalorização excessiva de 2002 e, assim, reverter a trajetória da inflação. O cenário externo favorável de 2003 e durante a maior parte de 2004 permitiu que o país se beneficiasse do comércio internacional em expansão e da liquidez externa abundante. A percepção da solidez da política econômica abriu espaço para que a agenda microeconômica, voltada para o aumento da eficiência da economia, começasse a ser implementada.

O crescimento do PIB em 2004 foi o melhor resultado desde 1994. Foram, portanto, dez anos de um processo gradual, por vezes tenso e turbulento, de ajuste e consolidação institucional para que se criassem as condições de crescimento com estabilidade. O desafio é aprofundar esse processo de modo a garantir sua continuidade. As questões de longo prazo fundamentais são as reformas das legislações trabalhista, tributária e previdenciária. Em relação à primeira, uma das preocupações centrais é o aumento da informalidade. A reforma tributária também é importante para reduzir a informalidade e permitir que a competitividade da produção doméstica não dependa apenas do câmbio, ao possibilitar um aumento da eficiência econômica.

O superávit no comércio exterior acumulado em 2004 cresceu em torno de 36,0%, em um ambiente de rápido aumento no nível de atividade doméstica. As exportações mantiveram o dinamismo, com crescimento de 32,0%, enquanto as importações expandiram-se 29,9%, em resposta ao aumento da demanda doméstica. Entre as exportações, as vendas de manufaturados continuam apresentando a maior taxa de crescimento, de 22,6%, em termos de volume no acumulado de janeiro a novembro. Segundo esse critério, os destaques nas importações foram matérias-primas e bens de consumo duráveis, com crescimento de 21,3% e 27,2%, respectivamente. Os resultados favoráveis nas contas comerciais proporcionaram superávit em contas correntes de US\$ 11,7 bilhões em 2004, equivalente a 1,9% do PIB.

Em dezembro, ao apresentar um superávit comercial de US\$3,5 bilhões na balança comercial, o país fechou o ano com o extraordinário resultado de US\$33,7 bilhões no ano, recorde histórico para a série, ante US\$24,8 bilhões no ano anterior, sendo composto por exportações de US\$96,5 bilhões e importações de US\$62,8 bilhões.

O aperto monetário via aumento da taxa juros foi um dos poucos eventos negativos no cenário econômico doméstico no ano de 2004. A partir de setembro, com a finalidade de segurar os preços, o BACEN reverteu a tendência acomodativa da política monetária e deu início a um ciclo de alta das taxas de juros, que permanecia inalterada no período compreendido entre os meses de abril a agosto. Com elevação de 0,50% ocorrida em dezembro, a Taxa Selic fechou o ano em 17,75% ao ano.

A economia brasileira apresentou os seguintes resultados em 2004:

INDICADORES	DESEMPENHO EM 2004
Produto Interno Bruto - PIB	5,20%
Balança Comercial - Superávit	US\$ 33,7 bilhões
IPCA/IBGE	7,60%
INPC/IBGE	6,13%
IGP-DI/FGV	12,13%
IGP-M/FGV	12,42%
Taxa Selic em 31/12/2004	17,75%

Desempenho da FIPECq

Em razão do bom resultado da carteira de renda variável, as aplicações dos recursos garantidores das reservas da FIPECq tiveram um desempenho satisfatório em 2004, acumulando rentabilidade pela TIR de 16,3%, o que supera em 30,4% a meta atuarial – rentabilidade mínima necessária para a manutenção do equilíbrio entre a arrecadação e os compromissos atuais e futuros –, que foi de 12,5%.

- Segmento de Renda Variável

Com o bom desempenho da economia doméstica, as empresas foram beneficiadas com obtenção de lucros crescentes, principalmente as exportadoras que tiveram suas vendas multiplicadas. Isto foi favorável ao bom desempenho da carteira de ações, que fechou o ano de 2004 com uma rentabilidade de 36,4%, ou seja, com ganho real de 15,9% em relação ao Ibovespa médio e 5,5% em relação ao IBRX.

- Segmento de Renda Fixa

A rentabilidade do ano da carteira de renda fixa foi afetada negativamente diante da necessidade de provisionamento das aplicações vinculadas ao Banco Santos, que sofreu intervenção do Banco Central no dia 12 de novembro de 2004. Assim, a carteira fechou o ano com uma rentabilidade de 10,4%, ou seja, atingiu 83,3% da taxa mínima atuarial.

- Segmento de Imóveis

O crescimento da atividade econômica, apresentado em 2004 por diversos setores da economia, ainda não se refletiu no segmento imobiliário de forma a elevar o valor dos aluguéis. Assim sendo, o desempenho da FIPECq no ano foi de 11,3%, cumprindo 90,7% da meta atuarial.

- Segmento de Empréstimos e Financiamentos

A carteira apresentou rentabilidade de 15,4%, superando em 23,0% a meta atuarial.

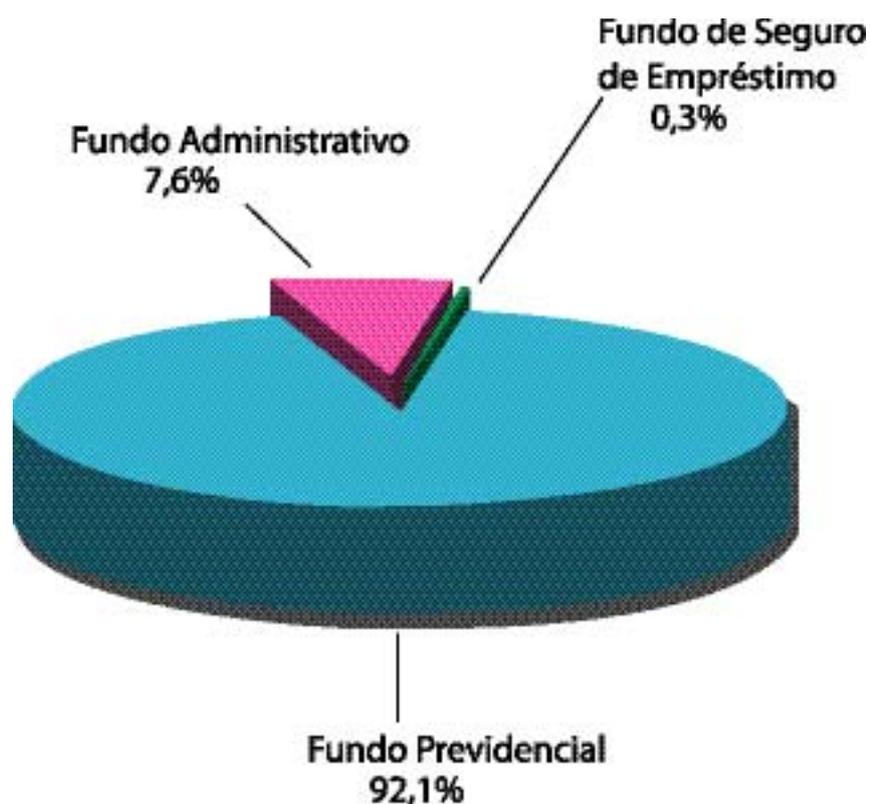
Patrimônio

O Patrimônio da FIPECq atingiu em dezembro de 2004 o valor de R\$ 438.527.011,00, constituído pelos recursos Previdenciais, Administrativos e de Seguro de Empréstimos, apresentando um crescimento nominal de 20,7% em relação ao ano anterior. A seguir, apresentamos a sua composição.

Quadro XII
Posição do Patrimônio da FIPECq
 2003 - 2004

Fundos de Seguro de Empréstimos	2003		2004		(%)
	Valor (A)	(%)	Valor (B)	(%)	(B)/(A)
Fundo de Garantia Previdencial	333.446.383	91,8	403.899.591	92,1	21,1
Fundo Administrativo	28.947.378	8,0	33.486.787	7,6	15,7
Fundo de Seguro	835.792	0,2	1.140.633	0,3	36,5
Patrimônio Líquido	363.229.553	100,0	438.527.011	100,0	20,7

Posição do Patrimônio



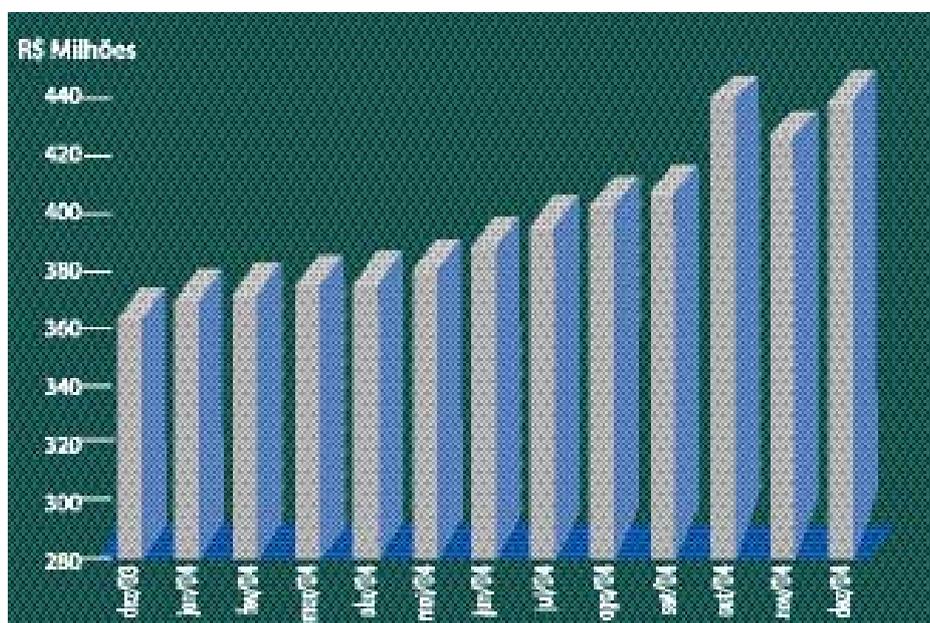
Mutação do Patrimônio

No quadro a seguir é apresentada a mutação do Patrimônio ocorrida no exercício de 2004.

Quadro XIII
Mutação do Patrimônio
 2004

Mês	Patrimônio		
	Valor	Mês (%)	Ano (%)
Dez/03	363.229.553	-	-
Jan/04	368.995.828	1,6	1,6
Fev/04	372.388.489	0,9	2,5
Mar/04	375.342.811	0,8	3,3
Abr/04	374.880.291	(0,1)	3,2
Mai/04	380.142.494	1,4	4,6
Jun/04	388.857.323	2,3	7,0
Jul/04	395.827.742	1,8	8,9
Ago/04	402.199.918	1,6	10,7
Set/04	408.218.024	1,5	12,4
Out/04	439.607.476	7,7	21,0
Nov/04	428.353.576	(2,6)	17,9
Dez/04	438.527.011	2,4	20,7

Mutação do Patrimônio



Rentabilidade Financeira

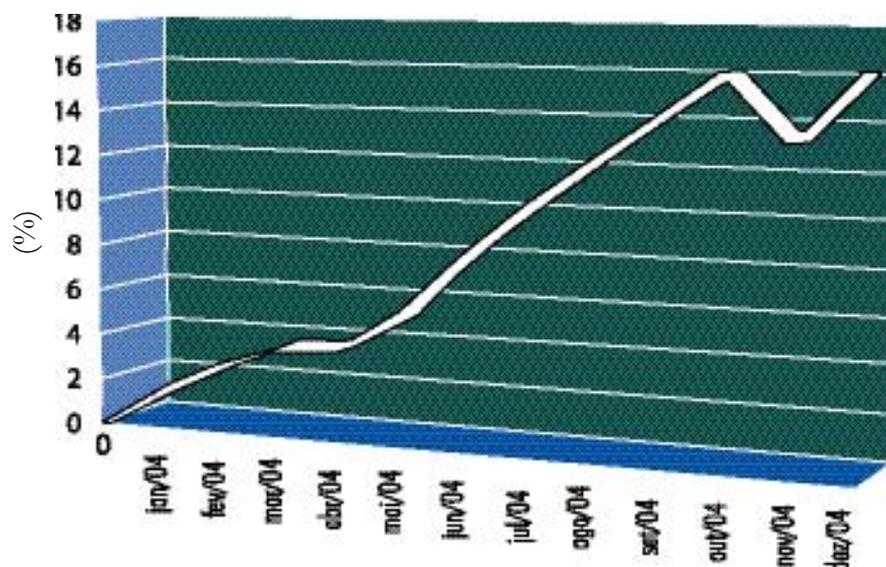
A Rentabilidade Financeira Patrimonial, no exercício de 2004, foi de 16,3%, calculada pelo método da Taxa Interna de Retorno (TIR) a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas, que comparada a Meta Atuarial estabelecida de 12,5%, obteve 30,4% da referida meta.

O quadro a seguir apresenta as rentabilidades do Patrimônio nos meses e no ano.

Quadro XIV
Rentabilidade Financeira
 2004
 (%)

Mês	Rentabilidade Financeira	
	No Mês	No Ano
Jan/04	1,7	1,7
Fev/04	1,1	2,9
Mar/04	1,0	3,9
Abr/04	0,1	3,9
Mai/04	1,6	5,6
Jun/04	2,4	8,2
Jul/04	2,0	10,4
Ago/04	1,8	12,4
Set/04	1,7	14,3
Out/04	1,7	16,2
Nov/04	(2,5)	13,3
Dez/04	2,7	16,3

Rentabilidade do Patrimônio Acumulada no Ano



Composição do Patrimônio

A Composição do Patrimônio, por tipo de ativo, é apresentada a seguir com o percentual de aplicação em cada modalidade.

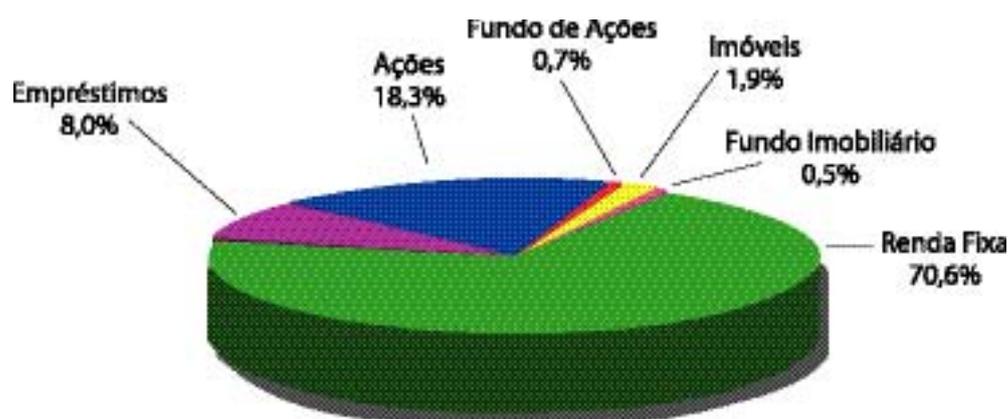
Quadro XV Composição dos Investimentos

Posição em 31/12/04

R\$ 1,00

Especificações	Valor	(%)
- Segmento de Renda Fixa	308.846.312	70,6
Notas do Tesouro Nacional - NTN	22.113.711	5,0
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	30.001.037	6,9
Título da Dívida Agrária - TODA	5.957.024	1,4
Créditos Securitiz. do Tesouro Nacional - CTN	1.130.916	0,3
Certificado de Depósito Bancário - CDB	33.595.605	7,7
Certificado a Termo de Energia Elétrica - CTE	2.054.348	0,5
Fundo de Invest. Financeiro - FIF	187.448.251	42,8
Debêntures não Conversíveis - DN/C	21.113.157	4,8
Outros Investimentos	5.432.263	1,2
- Segmento de Renda Variável	83.218.671	19,0
Ações - Mercado à Vista	80.250.106	18,3
Fundo Mútuo de Invest. Em Ações	2.968.565	0,7
- Segmento de Imóveis	10.534.362	2,4
Imóveis e Shopping Center'S	8.141.973	1,9
Fundo Imobiliário	2.392.389	0,5
- Segmentos de Empréstimos	35.149.623	8,0
Subtotal	437.748.968	100,0
Outros	778.043 *	-
Total	438.527.011	-

* Constituído no Ativo pelo Disponível, Realizável dos Programas: Previdencial e Administrativo, e Outros realizáveis - Permanente; (-) Passivo pelo Exigível Operacional dos Programas: Previdencial, Administrativo e Exigível Contingencial.



3.7- Empréstimos

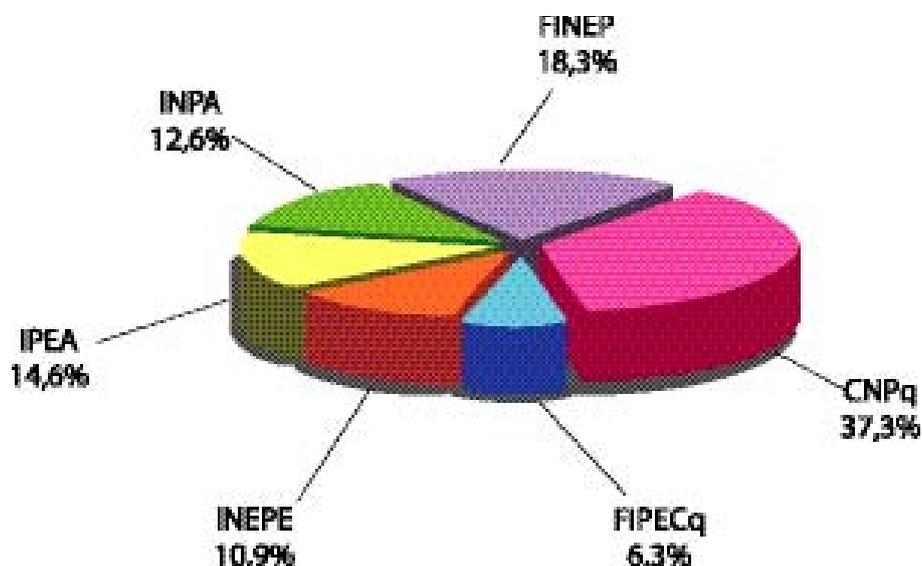
O quadro XVI mostra que foram concedidos 2.105 empréstimos, atingindo um total de R\$42.945.512 (quarenta e dois milhões, novecentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e doze reais).

Quadro XVI
**Empréstimos Concedidos
 aos Participantes**
 2004

R\$ 1,00

Patrocinadora	Empréstimos	
	Quantidade	Valor
FINEP	417	8.829.211
IPEA	332	8.126.213
CNPq	848	14.495.976
INPE	249	4.006.155
INPA	286	4.177.958
FIPECq	143	3.309.999
Total	2.275	42.945.512

Participação na Quantidade de Empréstimos Concedidos



Evolução do Patrimônio

O quadro XVII apresenta a evolução do Patrimônio em US\$, entre 1979 e 2004, bem como sua variação no ano e no período.

Quadro XVII
Evolução do Patrimônio
1979-2004

Ano	US\$*	No Ano (%)	No Período (%)
1979/ago	2.560.468	-	-
1979/dez	3.141.645	22,7	22,7
1980	6.022.430	91,7	135,2
1981	10.258.771	70,3	300,7
1982	15.935.346	55,3	522,4
1983	15.729.853	(1,3)	514,3
1984 (1)	20.348.088	29,4	694,7
1985	30.892.026	51,8	1.106,5
1986	40.803.905	32,1	1.493,6
1987	37.061.209	(9,2)	1.347,4
1988	49.020.751	32,3	1.814,5
1989	69.036.058	40,8	2.596,2
1990 (2)	49.114.529	(28,9)	1.817,9
1991 (3)	44.229.028	(9,9)	1.627,4
1992	45.275.938	2,4	1.668,3
1993	57.897.364	27,9	2.161,2
1994	91.439.104	57,9	3.471,2
1995	96.405.901	5,4	3.665,2
1996	112.320.019	16,5	4.286,7
1997	125.327.956	11,6	4.794,7
1998	122.118.381	(2,6)	4.669,4
1999 (4)	110.507.741	(9,5)	4.215,9
2000	111.952.138	1,3	4.272,4
2001 (5)	107.367.059	(4,1)	4.093,3
2002 (6)	88.037.117	(18,0)	3.338,3
2003	125.719.768	42,8	4.810,0
2004	165.207.584	31,4	6.352,2

* Dólar Comercial (venda)

(1) Antes de 1984 não havia diferença entre o Patrimônio da FIPECq e o Fundo de Garantia Previdencial, o que passa a ocorrer a partir deste ano, com a criação dos Fundos Assistencial, Administrativo e de Seguro de Empréstimos e Financiamentos.

(2) A redução do Patrimônio verificada neste ano, se deve à implantação do Plano Econômico “Brasil Novo”, que acarretou uma queda dramática nas Bolsas de Valores, a troca de indexadores das OFND’s e a retenção de Cruzados Novos com conseqüente perda de liquidez e rentabilidade.

(3) A queda do Patrimônio foi determinada pela restituição da Reserva de Poupança aos participantes que passaram da condição

de celetistas para estatutários. O montante da devolução somou em dez/91 US\$ 9.056.582, que correspondeu na época a 20,5% do Patrimônio.

(4) O decréscimo do Patrimônio foi devido à mudança do regime cambial, desvalorização do real frente ao dólar, em janeiro/99.

(5) A redução do Patrimônio foi devida à valorização do dólar em 18,7% frente a moeda brasileira, reflexo da desaceleração da economia norte-americana, a instabilidade econômica provocada pelos atentados nos EUA e a crise política e econômica na Argentina.

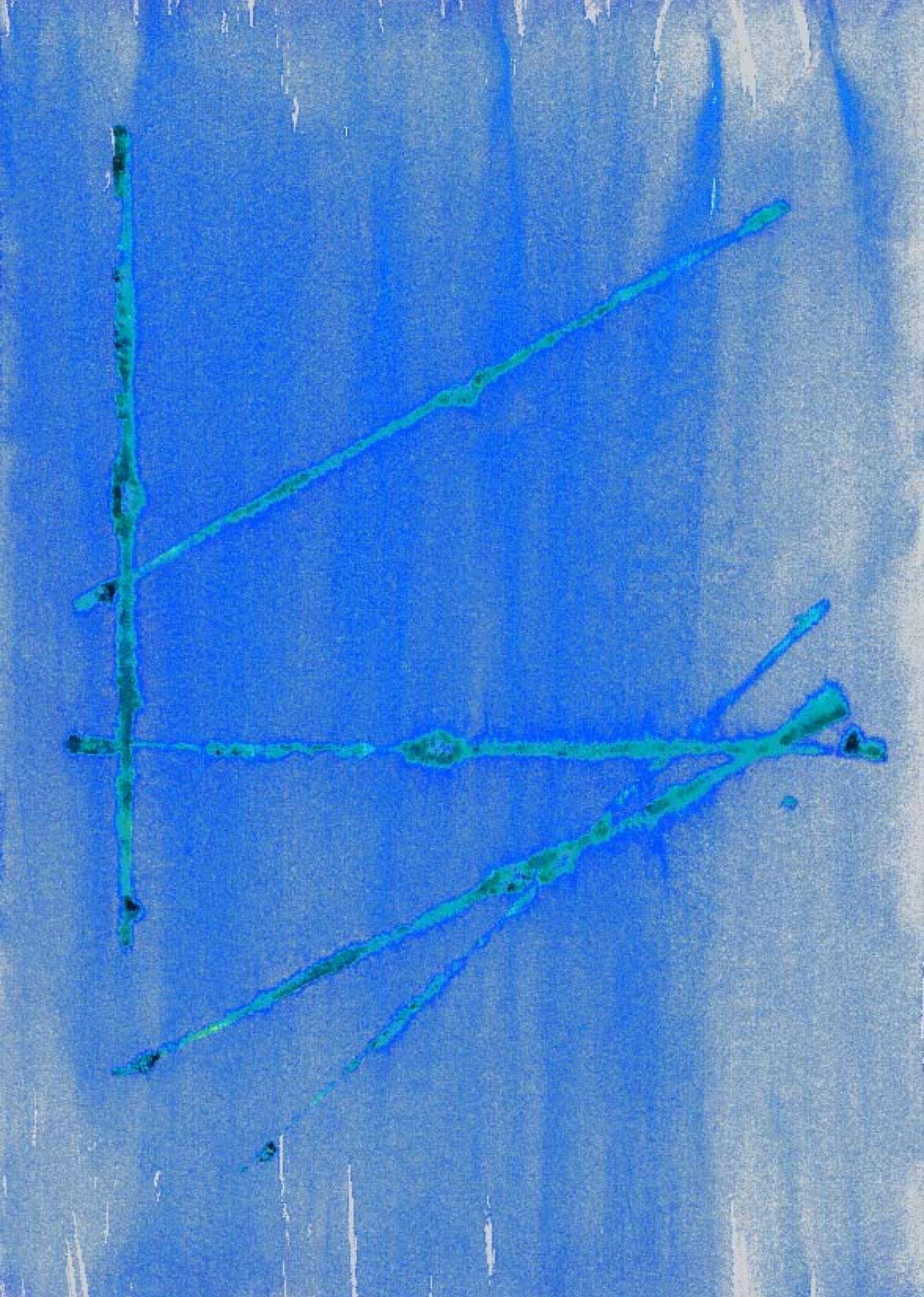
(6) A redução do Patrimônio em US\$ foi devida a valorização cambial, que atingiu 52,3% no ano.

Avaliação Final

No ano de 2004, a rentabilidade obtida pela FIPECq na aplicação dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas, Fundos e Provisões foi de 16,3%, que comparada a outros indicadores obteve o seguinte ganho real:

Indicadores	Acumulado no Ano %	Ganho Real (%)
INPC/IBGE	6,1	9,6
IPCA/IBGE	7,6	8,1
IGP-DI/FGV	12,1	3,7
IGP-M/FGV	12,4	3,5
IPC-FIPE	6,6	9,1

Luiz Fernando de Almeida Bello
Diretor Presidente e de Aplicações Financeiras



Balço Patrimonial

R\$ mil

ATIVO	Exercício 2004	Exercício 2003	PASSIVO	Exercício 2004	Exercício 2003
DISPONÍVEL	75	67	EXIGÍVEL OPERACIONAL	1.364	1.924
			Programa Previdencial	264	236
REALIZÁVEL	439.451	388.996	Programa Administrativo	570	1.135
Programa Previdencial	859	769	Programa de Investimento	530	553
Programa Administrativo	368	302	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	0	24.136
Programa de Investimentos	438.224	387.925	Programa Previdencial		21.130
Renda Fixa	309.319	307.279	Programa Administrativo		3.006
Renda Variável	83.218	50.530	EXIGÍVEL ATUARIAL	219.852	189.368
Investimentos Imobiliários	10.534	10.667	PROVISÕES MATEMÁTICAS	219.852	189.368
Operações com Participantes	35.153	19.449	Benefícios Concedidos	72.308	63.260
			Benefícios a Conceder	147.544	126.108
PERMANENTE	365	227	RESERVAS E FUNDOS	218.675	173.862
Imobilizado	200	142	EQUILÍBRIO TÉCNICO	49.292	25.553
Diferido	165	85	RESULTADOS REALIZADOS	49.292	25.553

Demonstração de Fluxos Financeiros

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2004	Exercício 2003
(+/-) PROGRAMA PREVIDENCIAL	(1.854)	(1.662)
(+) ENTRADAS	5.679	4.978
(+) Recursos Coletados	5.759	4.917
(+/-) Recursos a Receber	(90)	60
(+) Outros Realizáveis/Exigibilidades	10	1
(-) SAÍDAS	(7.533)	(6.640)
(-) Recursos Utilizados	(7.551)	(6.830)
(+/-) Utilizações a Pagar	18	173
(+/-) Utilizações Futuras	-	32
(-) Constituições/Reversões de Contingências	-	(15)
(+/-) PROGRAMA ASSISTENCIAL	-	(1.410)
(+) ENTRADAS	-	2.439
(+) Recursos Coletados	-	-
(+/-) Recursos a Receber	-	774
(+) Outros Realizáveis/Exigibilidades	-	1.665
(-) SAÍDAS	-	(3.849)
(-) Recursos Utilizados	-	(225)
(+/-) Utilizações a Pagar	-	(3.624)
(+/-) PROGRAMA ADMINISTRATIVO	(7.029)	(6.692)
(+) ENTRADAS	37	1.152
(+) Receitas	37	146
(+) Receitas Futuras	-	-
(+) Outros Realizáveis/Exigibilidades	-	1.006
(-) SAÍDAS	(7.066)	(7.844)
(-) Despesas	(6.291)	(5.387)
(+) Despesas a Pagar	97	(75)
(-) Despesas Futuras	6	(50)
(-) Permanente	(138)	66
(-) Outros Realizáveis/Exigibilidades	(733)	-
(-) Constituições/Reversões de Contingências	(7)	(2.398)
(+/-) PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	8.891	9.786
(+/-) Renda Fixa	30.087	1.049
(+/-) Renda Variável	(10.070)	15.209
(+/-) Investimentos Imobiliários	1.267	1.156
(+/-) Operações com Participantes	(11.186)	(6.300)
(+/-) Relacionados com o Disponível	(988)	(1.151)
(+/-) Relacionados com Tributos	(219)	(177)
(+/-) Outros Investimentos	-	259
(+/-) Constituições/Reversões de Contingências	-	(259)
(=) FLUXO NAS DISPONIBILIDADES	8	22
(=) VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	8	22

Demonstração de Resultados de Exercício

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2004	Exercício 2003
PROGRAMA PREVIDENCIAL	0	0
(+) Recursos Coletados	5.759	4.917
(-) Recursos Utilizados	(7.551)	(6.830)
(-/+) Constituições/Reversões de Contingências	21.130	(21.145)
(-) Custeio Administrativo	(859)	(733)
(+/-) Resultados dos Investimentos Previdenciais	51.974	76.195
(-/+) Constituições/Reversões de Provisões Atuariais	(30.484)	(38.301)
(-/+) Constituições/Reversões de Fundos	(16.230)	(7.741)
(=) Superávit Técnico do Exercício	23.739	6.362
PROGRAMA ASSISTENCIAL	0	0
(+) Recursos Coletados		0
(-) Recursos Utilizados		(225)
(-) Custeio Administrativo		(283)
(+/-) Resultados dos Investimentos Assistenciais		45
= Reversões de Fundos		(463)
PROGRAMA ADMINISTRATIVO	0	0
(+) Recursos Oriundos de Outros Programas	4.020	3.598
(+) Receitas	37	146
(-) Despesas	(6.291)	(5.387)
(-/+) Constituições/Reversões de Contingências	2.998	(5.396)
(+/-) Resultados dos Investimentos Administrativos	3.775	7.107
(=) Constituições (Reversões) de Fundos	4.539	68
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	0	0
(+/-) Renda Fixa	32.145	62.172
(+/-) Renda Variável	22.618	20.786
(+/-) Investimentos Imobiliários	1.134	963
(+/-) Operações com Participantes	4.528	3.762
(+/-) Relacionados com o Disponível	(988)	(1.151)
(+/-) Relacionados com Tributos	(223)	(184)
(-/+) Constituições/Reversões de Contingências	0	(259)
(-) Custeio Administrativo	(3.160)	(2.582)
(+/-) Resultados Recebidos/Transferidos de Outros Programas	(55.749)	(83.347)
(=) Constituições (Reversões) de Fundos	305	160

Demonstração Patrimonial e de Resultados do Programa Previdencial: Plano de Previdência Complementar - PPC

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL

ATIVO	Exercício 2004	Exercício 2003	PASSIVO	Exercício 2004	Exercício 2003
ATIVO	389.781.859,79	343.189.704,70	PASSIVO	389.781.859,79	343.189.704,70
DISPONÍVEL	75.070,34	8.261.775,20	CONTAS A PAGAR	636.897,25	635.915,94
CONTAS A RECEBER	605.033,62	585.081,00	VALORES EM LITÍGIO	-	21.129.933,92
APLICAÇÕES	389.101.755,83	334.342.848,50	COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES	219.851.965,74	189.367.672,75
Renda Fixa	272.818.423,63	264.422.213,41	FUNDOS	120.000.577,05	106.503.141,72
Renda Variável	75.473.553,48	44.112.928,47	EQUILIBRIO TÉCNICO	49.292.419,75	25.553.040,37
Imóveis	9.137.730,80	9.014.740,43	Resultados Realizado	49.292.419,75	25.553.040,37
Empréstimos/Financiamentos	31.672.047,92	16.792.966,19	Superávit Acumulado	49.292.419,75	25.553.040,37
Outras Aplicações					

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

ATIVO	Exercício 2004	Exercício 2003
(+) CONTRIBUIÇÕES	4.124.685,88	3.561.792,52
(-) BENEFÍCIOS	(7.195.232,25)	(6.440.938,31)
(+/-) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	50.276.250,83	73.894.380,72
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	47.205.704,46	71.015.234,93
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(614.530,68)	(531.870,42)
(-/+) FORMAÇÃO(UTILIZAÇÃO) DE VALORES EM LITÍGIO	21.129.933,92	(21.372.832,09)
(-/+) FORMAÇÃO DE COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES ASSISTIDOS	(30.484.292,99)	(38.301.051,18)
(-/+) FORMAÇÃO DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS	(13.497.435,33)	(4.447.698,89)
SUPERAVIT NO EXERCÍCIO	23.739.379,38	6.361.782,35

Rentabilidade do Plano: Calculada com base em cota mensal cujo crescimento no exercício de 2004 foi de 15,34%.

Custeio Administrativo do Plano: 15% da Contribuição dos Participantes Ativos, Assistidos e Autofinanciados.

Demonstração Patrimonial e de Resultados do Programa Previdencial: Plano de Previdência Especial - PPE

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL

ATIVO	Exercício 2004	Exercício 2003	PASSIVO	Exercício 2004	Exercício 2003
ATIVO	15.895.965,51	12.866.985,99	PASSIVO	15.895.965,51	12.866.985,99
DISPONÍVEL	0,00	1.564.773,70	CONTAS A PAGAR	114.533,12	101.610,84
CONTAS A RECEBER	253.841,00	183.885,54	VALORES EM LITÍGIO	-	0,00
APLICAÇÕES	15.642.124,51	11.118.326,75	FUNDOS	15.781.432,39	12.765.375,15
Renda Fixa	10.771.032,31	8.816.663,46			
Renda Variável	3.194.254,93	1.465.404,24			
Imóveis	340.096,43	278.177,97			
Empréstimos/Financiamentos	1.336.740,84	558.081,08			

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DESCRIÇÃO	Exercício 2004	Exercício 2003
(+) CONTRIBUIÇÕES	1.634.150,38	1.355.415,13
(-) BENEFÍCIOS	(355.507,55)	(388.745,71)
(+/-) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	1.982.285,55	2.680.483,89
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	3.260.928,38	3.647.153,31
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(244.871,14)	(201.563,70)
(-/+) FORMAÇÃO(UTILIZAÇÃO) DE VALORES EM LITÍGIO		(7.783,43)
(-/+) FORMAÇÃO DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS	3.016.057,24	3.437.806,18

RENTABILIDADE DO PLANO: Calculada com base em cota mensal cujo crescimento no exercício de 2004 foi de 15,34%.

CUSTEIO ADMINISTRATIVO DO PLANO: 15% da Contribuição dos Participantes Ativos, Assistidos e Autofinanciados.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2004

Nota 1. Contexto Operacional

A Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, visando a instituição de planos privados de concessão de benefícios definidos suplementares aos da Previdência Oficial, acessíveis aos seus empregados e aos das Patrocinadoras. Obedece às normas expedidas pelo Ministério da Previdência Social, através do Conselho de Gestão da Previdência Complementar e da Secretaria de Previdência Complementar, e às Resoluções específicas do Conselho Monetário Nacional, estando subordinada ao disposto nas Leis Complementares n°s 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001, Decretos e Normas regulamentadoras decorrentes.

Os recursos da Fundação são oriundos das contribuições de seus Participantes e Patrocinadoras, bem como dos rendimentos auferidos nas aplicações desses recursos que devem obedecer ao disposto na Resolução n° 3.121, de 25 de setembro de 2003, do Conselho Monetário Nacional - CMN. A Entidade aplica seus recursos financeiros integralmente no país, não distribuindo dividendos ou participações, sendo seu resultado vertido em reservas para cobertura de seus planos de benefícios.

A escrituração contábil é centralizada em sua sede e é revestida das formalidades legais, constando dos livros legais e obrigatórios, capazes de assegurar sua exatidão. Os critérios e procedimentos contábeis estão respaldados nas normas expedidas pela Secretaria da Previdência Complementar - SPC/MPS.

Nota 2. Principais Diretrizes Contábeis

As Demonstrações Contábeis estão sendo apresentadas, em milhares de reais, em comparação ao exercício anterior e foram elaboradas em conformidade com as normas estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, por meio da Resolução CGPC n° 05, de 30 de janeiro de

2002, e n° 10, de 05 de julho de 2002.

A sistemática aprovada pelo Órgão Normativo apresenta, como principal característica, a contabilização por plano de benefícios, segregando os registros contábeis em três programas distintos, segundo a natureza e a finalidade de suas transações, compreendendo o programa-fim (Previdencial) e os programas-meio (Administrativo e de Investimentos). Os recursos financeiros nas contas de resultados, envolvendo cobranças e repasses entre os mesmos, são processados através das contas de Transferências Interprogramas.

Nota 3. Principais Práticas Contábeis

Receitas e Despesas

As receitas e despesas são registradas pelo regime da competência, inclusive as receitas oriundas dos dividendos decorrentes dos investimentos em ações.

Realizável Previdencial

Compreende as contribuições de seus Participantes e Patrocinadoras, no valor de R\$853 mil (R\$763 mil em 31.12.2003), Utilizações Futuras de R\$6 mil (R\$6 mil em 31.12.2003).

R\$ mil

Discriminação	31/12/2004	31/12/2003
Contribuições PPC	853	763
Patrocinadoras	293	283
Participantes	306	297
PPE		
Participantes	254	183
Utilizações	6	6
Futuras	6	6
Total	859	769

Realizável de Investimentos

Segmento de Renda Fixa

Os investimentos em títulos de renda fixa são avaliados e contabilizados “*pro rata temporis*” em conformidade com prazos e taxas pactuados, e encontram-se custodiados no SELIC ou na CETIP. Os Títulos que lastreiam a Carteira dos Fundos de Renda Fixa são avaliados pelo valor de mercado de acordo com a Resolução da CVM nº 365, de 29 de maio de 2002.

As receitas e despesas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação. Os valores de deságio ocorridos na aquisição de títulos são corrigidos e amortizados mensalmente à receita, de forma “*pro rata*”, pelo prazo que decorre da aquisição até o vencimento do título.

Com o objetivo de adequar-se aos critérios para registro e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários estabelecido pela Resolução CGPC nº 04, de 30/01/02, a Diretoria de Aplicações Financeiras da FIPECq, por meio da Proposição nº.002/02 DAF, de 25 de julho de 2002, propôs que “*dado o perfil de liquidez que caracteriza os investimentos da FIPECq e da magnitude das exigibilidades atuariais demonstradas no DRAA, os investimentos de renda fixa devem ser contabilizados na categoria Títulos mantidos até o vencimento*”.

A referida proposição foi aprovada, por unanimidade, na 215ª Reunião da Diretoria Executiva da FIPECq, realizada em 05 de agosto de 2002.

Segmento de Renda Variável

As ações adquiridas no mercado à vista são registradas pelo custo de aquisição, acrescidas das despesas diretas de corretagem e outras taxas e ajustadas ao valor de mercado, que é determinado pela cotação média das ações negociadas no último dia do ano ou data anterior mais próxima, na Bolsa de Valores. A variação oriunda da comparação entre os valores contábeis e os de mercado é apropriada diretamente ao resultado do exercício.

Segmento de Imóveis

Imóveis

Estes investimentos são demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos do valor de reavaliação, que é efetuada a cada 03 (três) anos, conforme determina a Resolução CMN nº 3121. Estão depreciados à taxa inicial de 2% ao ano, estando devidamente ajustadas em função da vida útil identificada nos Laudos de Avaliações, registrados até a data deste Balanço. Em 31 de dezembro de 2002, a FIPECq efetuou a reavaliação de toda a sua carteira de Investimentos Imobiliários.

Fundo Imobiliário

O custo de Aquisição é registrado pelo valor da cota na data da compra e atualizado pela variação da cota do Fundo Imobiliário.

Operações com Participantes

Refere-se aos empréstimos concedidos aos participantes com saldo de R\$35.153 mil (R\$19.449 mil em 31.12.2003) e estão registrados pelo custo, acréscimos legais e outros rendimentos realizados até a data do Balanço. As baixas ocasionadas por morte ou invalidez dos participantes mutuários são cobertas pelo Fundo constituído com este fim.

Permanente

Os bens que constituem o permanente são registrados ao custo de aquisição. A depreciação é calculada com base no método linear e taxas anuais em função do tempo de vida útil atribuído, por espécie de bens, conforme tabela abaixo. Anualmente, a Entidade apura o Inventário Físico dos bens, promovendo a sua conciliação com os registros contábeis.

Discriminação	Taxa	2004	2003
Móveis e Utensílios	10%	14	10
Máquinas e Equipamentos	10%	86	63
Ventiladores/Refrigeradores de Ar	25%	2	4
Computadores e Periféricos	20%	92	62
Software	20%	103	71
Instalações	10%	4	2
Instalações Elétricas	20%		1
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	10%	63	13
Direito de Uso Telefônico		1	1
Total		365	227

Custeio Administrativo

Em observância à Resolução CGPC nº 05, o custeio administrativo da Fundação é debitado aos Programas Previdencial e de Investimentos, através de alocação direta (despesas específicas do programa) e rateio de despesas comuns. No Programa Previdencial, o item Custeio Administrativo representa 15% de suas receitas, cujo valor é transferido ao programa administrativo para cobertura de suas despesas. No Programa de Investimentos, corresponde ao total das despesas Administrativas realizadas no exercício.

Rateio da Despesa da Administração Geral

As despesas da Administração Geral são rateadas na proporção de 50% entre os Programas Previdencial e de Investimentos.

Transferências Interprogramas

Além dos referidos débitos relativos ao Custeio do Programa Administrativo, são registrados, também, os créditos atribuídos, proporcionalmente, aos programas Previdencial e Administrativo, decorrente dos resultados líquidos de suas aplicações no Programa de Investimentos, no exercício.

Nota 4. Composição de Investimentos

Em 31 de dezembro de 2004, a entidade possuía os seguintes investimentos garantidores de suas Reservas Técnicas, Fundos e Provisões conforme composição:

R\$ mil

Discriminação	31/12/2004	31/12/2003
Renda Fixa	309.319	307.279
Títulos de Responsabilidade do Governo Federal	59.203	63.408
Aplicações em Instituições Financeiras	221.044	195.017
Títulos de Empresas	23.167	42.745
Outros Investimentos de Renda Fixa	5.905	6.109
Renda Variável	83.218	50.530
Mercado de Ações	80.250	48.948
Fundos de Investimentos	2.968	1.582
Investimentos Imobiliários	10.534	10.667
Edificações para Renda	2.548	2.581
Investimentos em Shopping Center	5.594	5.668
Fundos de Investimentos Imobiliários	2.392	2.418
Operações com Participantes	35.153	19.449
Empréstimos	35.153	19.449
Total	438.224	387.925

Nota 5. Provisões

As provisões para perdas de investimentos estão demonstradas a seguir:

R\$ mil

Data	Discriminação	31/12/2004	31/12/2003
12/11/2004	Renda Fixa	31.833	14.495
	CDB	6.706	
	Banco Santos S/A	6.706	
01/12/2002	Debêntures	21.698	14.495
	Debêntures Conversíveis	3.787	3.126
	Globo Cabo S/A	3.787	3.126
	Debêntures não Conversíveis	17.911	11.369
01/08/1997	Encol S/A Engenharia, Comércio e	8.084	6.909
23/03/1999	Indústria	1.956	1.655
02/05/2002	Crefisul Leasing S/A Arrendamento	1.058	935
01/12/2002	Mercantil	2.009	1.726
01/12/2003	NORDON Industrias Metalúrgicas S/A	174	144
12/11/2004	Globo Cabo S/A	4.213	
31/03/2004	INEPAR S/A Comércio e Indústria	417	
	PROCID S/A		
	Ribeirão Preto Water Park S/A	3.429	
		3.429	
12/11/2004	Fundos		
	SAM FIX Institucional	81	81
		81	81
01/12/2002	Renda Variável	12	12
	Mercado à Vista	69	69
01/12/2002	CTM Citrus S/A 2.533.000 Ações (PN)		
	Gazeta Mercantil S/A 1.658.370 Ações (PN)		
Total		31.914	14.576

Em 12 de novembro de 2004, data da intervenção do Banco Central no Banco Santos S/A e na Santos Asset Management, esta Fundação registrou como Provisão para Perda dos Investimentos efetuados junto àquelas instituições, no valor total de R\$14.102 mil distribuídos como se segue: R\$ 6.556 mil em CDB's, R\$ 3.429 mil, que representam 60,37% do Fundo Sam Fix Institucional e R\$4.117 mil relativos a Debêntures PROCID S/A.

Nota 6. Passivo Operacional

Neste grupo estão registrados, por Programa, os valores correspondentes à operacionalização da Entidade, bem como outras exigibilidades, conforme segue:

Previdencial

Saldo de R\$ 264 mil em 31.12.2004 (R\$ 236 mil em 31.12.2003)

R\$ mil

Discriminação	31/12/2004	31/12/2003
PPC	166	150
Aposentadoria e Pensões	5	-
Pecúlio	33	85
Auxílio Doença	128	65
PPE	98	86
Pecúlio	87	85
Crédito de Participantes	11	1
Total	264	236

Administrativo

Despesas a Pagar – R\$ 570 mil (R\$ 1.135 mil em 31.12.2003), valor relativo aos encargos sociais, Provisão para Férias, Serviços de Terceiros e Outras Exigibilidades.

R\$ mil

Discriminação	31/12/2004	31/12/2003
Pessoal e Encargos – Provisão de Férias	347	243
Credores Diversos	102	109
Encargos e Retenções a Recolher	121	114
Convênio IPEA	-	669
Total	570	1.135

Investimentos

Saldo de R\$530 mil em 31.12.2004 (R\$ 553 mil em 31.12.2003).

R\$ mil

Discriminação	31/12/2004	31/12/2003
Renda Fixa	472	489
Precatórios	472	489
Operações com Participantes	3	13
Créditos de Terceiros	-	11
Retenções a recolher - IOF	3	2
Relacionados com Tributos	55	51
Obrigações Fiscais - RET	55	51
Total	530	553

Nota 7. Passivo Atuarial

Representa o compromisso da Entidade para com os Planos Previdenciais, avaliados por atuário independente, conforme parecer OF. JM N.º 0180/2005, datado de 25 de janeiro de 2005.

Composição do Passivo Atuarial

R\$ mil

Discriminação	31/12/2004	31/12/2003
Benefícios Concedidos	72.308	63.260
Benefícios do Plano	72.308	63.260
Benefícios a Conceder	147.544	126.108
Benefícios do Plano com Geração Atual	181.265	154.139
(-) Outras Contribuições da Geração Atual	(33.721)	(28.031)
Total	219.852	189.368

Nota 8. Resultado do exercício

Conforme Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial, a Entidade apresenta em 31.12.2004 um Superávit Técnico Acumulado de R\$49.292 mil (R\$25.553 mil em 31.12.2003), equivalente a 18,31% do Ativo Líquido, então existente, de R\$269.144 mil, registrado em Reserva de Contingência.

Nota 9. Fundos**Programa Previdencial**

Constituído e registrado no exercício de 1993 com base em cálculos procedidos por atuário independente, avaliado em 31 de dezembro de 2004 em R\$134.755 mil (R\$118.526 mil em 2003), a saber:

Plano de Previdência Complementar – PPC

R\$ 119.007 mil (R\$ 105.783 mil em 2003).

Corresponde a uma provisão em virtude das autoridades competentes não terem se posicionado em relação a eventuais direitos remanescentes dos participantes celetistas que, por força de lei, tiveram seu regime CLT transformado em Regime Jurídico Único – RJU e questionamentos judiciais relativos aos resgates de contribuições do PPC.

Plano de Previdência Especial – PPE

Constituído em dezembro de 1994, conforme consulta feita ao Escritório Jessé Montello Serviços Técnicos em Atuária e Economia LTDA., com o resultado da arrecadação líquida das contribuições de seus participantes no valor de R\$793 mil e, a partir daí, incrementado mensalmente pela arrecadação líquida e rendimentos financeiros auferidos, na proporção do seu capital aplicado, atingiu em 31 de dezembro de 2004 o montante de R\$15.748 mil. Essa provisão é suficiente para dar cobertura aos valores dos benefícios líquidos futuros dos casos já ocorridos e, por invalidez, dos participantes vinculados ao Plano, conforme avaliação atuarial.

Programa Administrativo

Fundo Administrativo

R\$33.487 mil (R\$28.947 mil em 2003) constituído consoante autorização da Secretaria de Previdência Complementar através do OF. GAB/SPC N.º 505/84, para fazer face à sobrecarga administrativa. Incrementado mensalmente com resultado líquido (custeio previdencial + receitas administrativas - despesas administrativas), acrescido dos recursos líquidos aplicados através do Programa de Investimentos.

Saldo do Balanço de 2003	28.947
(+) Receitas Administrativas	37
(+) Custeio Administrativo	4.020
(+) Receitas Financeiras do Exercício	3.775
(+) Reversão Contingências - CSLL	2.409
(+) Recuperação Recurso Utilizado para Encerramento Programa Assistencial	590
Subtotal	10.831
(-) Despesas Administrativas	(6.291)
Subtotal	(6.291)
Saldo do Balanço de 2004	33.487

Em 30 de abril de 2003, a Fundação encerrou o Plano Assistencial, cujo Déficit de R\$4.068 mil foi coberto pelo Fundo Administrativo. No decorrer do exercício de 2004, foi efetuada a recuperação deste déficit no valor de R\$608 mil, permanecendo ainda um saldo de R\$ 3.460 mil.

Programa de Investimentos

Fundo de Seguro de Empréstimos/Financiamentos

R\$1.141 mil (R\$836 mil em 2003), foi constituído para garantir os contratos de empréstimos e financiamentos a participantes, cujo valor é o resultado do saldo acumulado da retenção de taxa sobre o principal concedido, deduzido os valores dos contratos inadimplentes e as coberturas nas situações de morte e/ou invalidez do participante mutuário.

Nota 10.**Planos de Benefícios em Condições Especiais****Plano de Previdência Especial – PPE**

Destinado aos Servidores Públicos Cíveis da União amparados pelo Regime Jurídico Único, ativos e inativos do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA.

Plano de Benefícios Saldados – PBS

Destinado aos Servidores Públicos Cíveis da União, amparados pelo Regime Jurídico Único, que eram participantes da FIPECq até dezembro de 1990 e não resgataram a reserva de poupança. Existem reservas atuariaismente constituídas para tal fim.

A Diretoria Executiva da FIPECq, em sua Ata nº 116, autorizou a partir do mês de julho de 1994 o pagamento dos benefícios do PPE e do PBS, “*ad cautelum*” e “*ad referendum*” do Conselho Curador, conforme Portaria DSP n.º 1.058, que foi homologada pela Resolução n.º 006/94 do Conselho Curador, datada de 5 de agosto de 1994. As obrigações relativas a estes Planos estão sendo devidamente liquidadas e registradas como despesas.

Em 31 de dezembro de 2004, os Planos PPE e PBS continuam pendentes de aprovação pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC, tendo, entretanto, no mesmo mês e ano, sido cadastrados, recebendo os seguintes n.ºs de inscrição: PPE n.º 19910005-52 e PBS n.º 19910004-45.

Nota 11. Outras Informações**. Fundos Exclusivos: Protecq FIF e Insigna FIF:**

Em 12 de novembro de 2004, data da intervenção do

Banco Central no Banco Santos S/A, a FIPECq possuía aplicações de 02 (dois) Fundos exclusivos administrados pela Santos Asset Management, no valor de R\$66.413 mil, sendo R\$13.794 mil aplicados no Fundo Santos Protecq FIF e R\$ 52.619 mil, no Fundo Insigna FIF. Da data da intervenção até 31/12/2004, o valor das cotas desses dois fundos se manteve estável, sem nenhum acréscimo.

Os títulos vencidos, nesse mesmo período, foram resgatados pelos emitentes, por meio das centrais de liquidação, e os recursos creditados na conta corrente dos respectivos Fundos.

Até o final do exercício de 2004, o valor dos resgates não havia sido repassado à Fundação em razão de os cotistas encontrarem-se em negociação com o interventor do Banco Santos, objetivando um desfecho favorável aos investidores.

. Fundo Sam Fix Institucional

Em 12 de novembro de 2004, a FIPECq detinha aplicações no Fundo Sam Fix Institucional, com a gestão e administração da Santos Asset Management Ltda, no valor de R\$5.681 mil, representadas por 1.836.124 cotas, que se encontram custodiadas no SFC, na CETIP. Devido a situação do emitente e baixa liquidez dos títulos, foi efetuada a provisão para perdas no valor de R\$ 3.429 mil, que representam 60,37% da carteira do fundo.

. Reversão de Contingência

Em 30 de outubro de 2004, a Fundação efetuou a Reversão de Contingência Tributária, registrada em dezembro de 2003, no valor de R\$ 24.129 mil, em razão do êxito obtido junto a SRF/MF no processo Tributário Administrativo – CSLL – n.º 10166007252/2003-81.

Luiz Fernando de Almeida Bello

Diretor Executivo e de Aplicações Financeiras
CPF: 406.550.247 - 00

Adilmar Ferreira Martins

Diretor de Previdência
CPF: 038.272.671 - 53

Néliton Antônio de Araújo Pereira

Diretor de Administração
CPF: 114.898.806-82

Sonia Cristina de Moura Seabra

Diretora de Projetos Especiais e Comunicação
CPF: 119.740.282 - 91

Inalda Pereira da Rocha

Contadora – CRC – 6309 DF
CPF: 145.787.601-97

Parecer Atuarial

1) O Plano Previdenciário da **FIPECq**, que concede benefícios com base no Regulamento de Benefícios Suplementar à Previdência Social - PPC, já considerado os reflexos da Lei nº 9.876/99 e da Emenda Constitucional Nº 41 de dezembro de 2003, que elevou o teto de contribuição/benefício da Previdência Social para R\$ 2.400,00 no seu passivo atuarial, apresentou um Superávit Técnico Acumulado de R\$ 49.292.419,75, equivalente a 18,31% do Ativo Líquido, então existente, de R\$ 269.144.385,49, adotando-se os mesmos regimes financeiros e as mesmas hipóteses atuariais da avaliação atuarial constante do DRAA datado de 06/08/2004, que acompanhou o processo de solicitação junto à SPC do MPS da aprovação da adaptação do referido Plano de Benefício Definido da FIPECq – PPC às Leis Complementares nº 108/2001 e nº 109/2001, no bojo do qual foram requeridos alguns ajustes na forma de concessão de benefícios que não exigiram alterações nos níveis das contribuições vigentes dos Participantes e das Patrocinadoras, merecendo destaque tão somente o fato de que a redução da idade mínima para entrada em benefício de aposentadoria por tempo de contribuição de 58 para 55 anos, por não ter sido aprovada no âmbito de todas as Patrocinadoras, não está sendo considerada na presente avaliação atuarial (*).

(*) **DESTAQUE:** O Plano de Previdência complementar – PPC da FIPECq (incluindo o Plano de Benefício Saldado – PBS), está aqui avaliado incluindo os seguintes pontos (já detalhado no Parecer Atuarial do DRAA de 28/08/2004 referido no item 1 do Presente Parecer Atuarial: **i) a redução de 50% (cinquenta por cento) no nível da rotatividade** adotada na avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2003, visando assegurar com maior tranquilidade a concessão do Benefício Proporcional Diferido – BPD) previsto na Lei Complementar nº 109/2001; **ii) a manutenção da idade mínima para entrada em benefício de aposentadoria por tempo de contribuição (de forma plena)** em 58 (cinquenta e oito) anos de idade, já que a redução dessa idade para 55 (cinquenta e cinco) anos não foi aprovada no âmbito de todas as Patrocinadoras; **iii) a adoção de Cota de**

Pensão igual a 75% de Cota Familiar e de 5% de Cota Individual, até o máximo de 100% (tão somente nos benefícios de pensão por morte ainda não concedidos, já que para os benefícios de pensão por morte já concedidos a Cota Familiar permanecerá em 50% e as Cotas Individuais permanecerão em 10%, observado também o máximo de 100% para a Cota de Pensão); **iv) a concessão de reajuste suplementar** aos 4,53% (concedidos normalmente em 2004), de forma a completar um reajuste total de 9,55% nos benefícios já concedidos (implementado em setembro de 2004).

2) À parte do referido Ativo Líquido do PPC, foram constituídos os seguintes Fundos, em 31/12/2004:

i) Fundo Previdencial destinado a dar cobertura a questionamentos judiciais que acarretam revisões nos valores dos benefícios do PPC, a questionamentos judiciais que acarretam revisões nos valores pagos como resgate pelo PPC, inclusive os valores relativo aos expurgos inflacionários (cujo valor atualizado para 31/12/2004, era de R\$8.225.703,57 conforme demonstrativo apresentado pela FIPECq), a desvios desfavoráveis nas hipóteses atuariais, especialmente as relativas à mortalidade e ao retorno dos investimentos e, também, em decorrência das autoridades competentes não terem se posicionado em relação a eventuais direitos dos que, sendo participantes celetistas, tiveram seu regime de trabalho transformado por força da Lei, de Regime CLT para Regime Jurídico Único (RJU): R\$ 119.007.447,50 (igual ao valor correspondente à parcela do Patrimônio da **FIPECq** não comprometida com as Provisões Matemáticas, com a Reserva de Contingência, com o Fundo Administrativo, com Fundo de Seguro – Empréstimos / Financiamentos (Fundo Investimento), estando contido nesse Fundo Previdencial, conforme já aqui relatado os valores R\$8.225.703,57, relativos aos expurgos inflacionários envolvendo valores pagos como resgate pelo PPC; e **ii)** Fundo Previdencial correspondente à arrecadação líquida de contribuições previdenciárias do Plano de Previdência Especial – PPE, destinado a dar continuidade às coberturas que o advento do Regime Jurídico Único–RJU não supriu em relação aos participantes que, por força da lei, deixaram de ser regidos pela CLT: R\$ 15.747.757,46.

NOTA 1: As informações da área contábil da **FIPECq** nos dão conta da existência, em 31/12/2004, dos seguintes saldos de Fundos Administrativo e de Seguro – Empréstimos / Financiamento (Investimento):

- Fundo Administrativo: R\$ 33.486.786,96
- Fundo de Seguro – Empréstimos / Financiamento (Investimento): R\$ 1.140.633,29.

3) O saldo existente no Fundo Previdencial do Plano de Previdência Especial – PPE, referido no inciso **ii** do item **2** anterior, de R\$ 15.747.757,46, assegura a cobertura plena do Passivo Atuarial correspondente aos benefícios já em fase de pagamento por este Plano, avaliado, em 31/12/2004, no valor de R\$ 3.881.964,40, sendo R\$ 2.209.425,03 relativos a participantes do CNPq, R\$ 464.045,62 relativos a participantes do INPE, R\$ 1.151.314,85 relativos a participantes do IPEA e R\$ 57.178,90 relativos a participantes do INPA, restando um saldo de R\$ 11.865.793,09 (igual a R\$ 15.747.757,46 - R\$ 3.881.964,40) para dar cobertura aos benefícios ainda não concedidos a participantes do PPE.

4) Portanto, considerando os valores do Ativo Líquido do PPC/PBS (Provisões Matemáticas + Reserva de Contingência) de R\$ 269.144.385,49 (igual a Provisões Matemáticas + Reserva de Contingência) e dos Fundos discriminados no item 2 deste Parecer Atuarial, o total dos mesmos alcançou, em 31/12/2004, a R\$ 438.527.010,70

5) O Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) e o Ativo Líquido do Plano, em 31/12/2004, apresentavam as seguintes aberturas, relativamente ao Plano de Previdência Complementar – PPC aprovado pela SPC do MPAS (incluindo o Plano de Benefício Saldado – PBS):

- Provisão de Benefícios Concedidos
R\$ 72.307.715,74
- Provisão de Benefícios a Conceder
R\$ 147.544.250,00
- Provisão Matemática a Constituir
R\$ 0,00

- Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)
R\$ 219.851.965,74
- Superávit Técnico
R\$ 49.292.419,75
- Ativo Líquido do Plano
R\$ 269.144.385,49

6) Nos termos do Parecer Atuarial constante do JM/1602/94, existia, em 31/12/90, um saldo não amortizado do Compromisso Especial, cuja amortização foi suspensa pelos Patrocinadores alcançados pelo Regime Jurídico Único - RJU tão logo esse Regime entrou em vigor, no valor de Cr\$ 393.618.554,10 (**IPEA:** Cr\$ 191.600.976,15 / **CNPq:** Cr\$ 160.546.158,45 / **INPE:** Cr\$ 34.313.408,10 / **INPA:** Cr\$ 7.158.011,40) que atualizado para 31/12/2004 pela meta atuarial relativa aos benefícios concedidos aos participantes celetistas, alcançou a R\$ 14.396.868,00.

7) A rentabilidade nominal líquida, obtida pela **FIPECq** na aplicação do seu Ativo Líquido Previdencial (constituído do Ativo Líquido do Plano PPC/PBS e dos saldos dos Fundos Previdenciais PPC/PPE), ao longo de 2004, foi de 15,50% contra uma meta atuarial (INPC do IBGE + 6% ao ano, sem qualquer defasagem entre o mês de referência e o mês de aplicação tanto para os benefícios concedidos quanto para os benefícios a conceder) de 12,50% o que em termos reais, representou obter mais 8,82% contra uma meta atuarial de mais 6% ao ano, adotando o método da Taxa Interna de Retorno (TIR) a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas, na obtenção dos referidos percentuais de rentabilidade.

NOTA: Já a rentabilidade nominal líquida do Patrimônio Total da **FIPECq** obtida ao longo de 2004, medida também pelo método da Taxa Interna de Retorno (TIR) a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas, foi de 16,29%.

8) Existem neste Plano títulos de renda fixa, classificados, nos termos do artigo 1º da Resolução CGPC/MPAS nº 04 de 30/01/2002, na categoria de “Títulos mantidos até o vencimento”, avaliados, na

forma estabelecida no artigo 3º da referida Resolução, pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, sem utilização da faculdade, prevista no artigo 5º da Resolução CGPC/MPAS nº 04/2002, de registrar a diferença entre o valor presente apurado na forma do citado artigo 3º e o valor presente calculado considerando a taxa de desconto utilizada na última avaliação atuarial. A capacidade financeira relativa à adoção do procedimento de registro dos títulos classificados como “títulos mantidos até o vencimento” pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos se baseia no fato de que o perfil traçado pela área de investimentos da **FIPECq** leva em consideração os fluxos de receitas e despesas projetados, atuarial e financeiramente, para os anos futuros que irão decorrer até o vencimento desses títulos.

9) Com relação ao valor do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas do Plano de Previdência Complementar – PPC, incluindo PBS, apresentadas de forma discriminada no item 5 deste Parecer Atuarial, ao Fundo Previdencial do Plano de Previdência Especial – PPE apresentado no item 3 deste Parecer Atuarial), e ao decorrente valor do Superávit Técnico Acumulado devidamente registrado como Reserva de Contingência, bem como ao valor do Fundo Previdencial apresentado no inciso **i** do item 2 deste Parecer Atuarial, atestamos que os mesmos foram avaliados por nossa Consultoria Atuarial Independente, utilizando as hipóteses atuariais e os métodos de financiamento referidos no item 1 deste Parecer Atuarial(*), a partir das informações cadastrais e contábeis fornecidas pela **FIPECq** e julgadas lógicas por nossa Consultoria Atuarial. Os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os da avaliação atuarial do exercício anterior, a qual submetemos à análise da **FIPECq** para os ajustes necessários e posterior validação, para somente após tal validação serem utilizados na presente avaliação atuarial.

(*) Em relação a avaliação atuarial do exercício de 2003, os métodos de financiamento não foram alterados e as

hipóteses atuariais só foram alteradas no que se refere à rotatividade, que foi reduzida em 50% (cinquenta por cento) visando assegurar com mais tranquilidade a concessão do Benefício Proporcional Diferido – BPD, sendo que, embora a composição presumida de família de pensionistas não tenha sido alterada, o compromisso dos benefícios de pensão por morte ainda não concedidos tiveram suas Cotas de Pensão ajustadas (Cota Familiar de 50% para 75% e Cotas Individuais de 10% para 5%).

A destinação do Superávit Técnico de R\$ 9.292.419,75, existente em 31/12/2004, devidamente registrado como Reserva de Contingência é a cobertura de desvios desfavoráveis que possam vir a ocorrer em relação às hipóteses atuariais adotadas, seja em relação às Tábuas Biométricas ou seja em relação a outros fatores tais como previsão de crescimento real de salário e de expectativa de retorno de investimentos, a exemplo da destinação que, subsidiariamente, tem o Fundo Previdencial apresentado no inciso **i** do item 2 deste Parecer Atuarial.

RIO DE JANEIRO, 25 de janeiro de 2005
JOSÉ ROBERTO MONTELLO
ATUÁRIO - MIBA Nº 426

Parecer dos Auditores Independentes

Aos administradores, participantes e patrocinadores da FIPECq - Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA

1. Examinamos os balanços patrimoniais da FIPECq - Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA, em 31 de dezembro de 2004 e de 2003, e as respectivas demonstrações do resultado e do fluxo financeiro correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, apresentadas de acordo com a legislação específica aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. A determinação da composição das provisões matemáticas e da formação de fundos e reservas foi conduzida sob a responsabilidade de atuário externo e a nossa opinião, no que se refere à adequação dos cálculos atuariais, está baseada exclusivamente no parecer desse atuário externo.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Fundação; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Fundação, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, baseados em nossos exames e no parecer do atuário externo sobre a adequação dos cálculos atuariais (provisões matemáticas, formação de fundos e reservas), as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FIPECq - Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do IPEA,

do CNPq, do INPE e do INPA, em 31 de dezembro de 2004 e de 2003, a apuração de seu resultado e seu fluxo financeiro para os exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Conforme mencionado na nota explicativa nº 10, a partir do mês de julho de 1994, a Fundação iniciou o pagamento dos benefícios relativos ao Plano de Previdência Especial - PPE e ao Plano de Benefícios Saldados - PBS, destinados aos servidores amparados pelo Regime Jurídico Único, embora os planos ainda estejam pendentes de aprovação pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC do Ministério de Previdência Social - MPS. A Fundação, baseada em seus consultores jurídicos, entende que esses planos não sofrerão alterações em função do direito adquirido.

5 Conforme mencionado na nota explicativa nº 09, foi utilizado, até 31 de dezembro de 2004, o montante de R\$ 3.460 mil (R\$ 4.068 mil em 2003) do fundo administrativo para cobrir o déficit apresentado no programa assistencial, cujas atividades foram encerradas em abril de 2003. A cobertura de resultados de um programa por outro contraria as normas regulamentares da Secretaria de Previdência Complementar - SPC, porém, considerando esse fato atípico, a Fundação solicitou autorização dessa transferência contábil à SPC em 16 de junho de 2003, pendente de aprovação até então.

6 Conforme mencionado na nota explicativa nº 11, a Fundação possui fundos de investimentos administrados pelo Banco Santos S/A, que se encontra em processo de intervenção pelo Banco Central do Brasil. Dessa forma, os cotistas dos fundos de investimentos encontram-se em tratativas de negociação com o interventor do Banco Santos, cujo desfecho favorável desse assunto está condicionado ao sucesso dessas negociações.

Brasília, 28 de janeiro de 2005.

Alexandre Ralf Slavic

Sócio-Contador

CRC 1SP207032/O-5 "S" DF

Trevisan Auditores Independentes

CRC 2SP013439/O-5 "S" DF

Parecer do Conselho Fiscal

Os Membros do Conselho Fiscal da FIPECq – Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA, no cumprimento de suas atribuições legais e regulamentares, procedido ao exame do Balanço Geral e Demonstrativos Financeiros-Contábeis em conjunto com as Notas Explicativas sobre as Demonstrações Contábeis, o Parecer dos Auditores Independentes e o Relatório de Desempenho Atuarial, opinam, por unanimidade, pela aprovação do Balanço Geral da FIPECq, levantado em 31 de dezembro de 2004, bem como, das demonstrações das contas de resultados, ressalvadas as seguintes recomendações: a) regularização das contas, de recursos e receitas a receber, as quais apresentam pendências de longa data; e b) conclusão dos trabalhos de cobrança das contribuições em atraso dos programas previdenciário e assistencial.

Brasília/DF, 01 de março de 2005.

Cláudio da Silva Lima
PRESIDENTE
REPRESENTANTE DOS
PARTICIPANTES E ASSISTIDOS

Ruben Silveira Mello Filho
MEMBRO
REPRESENTANTE DA FINEP

Geraldo Antônio Montenegro Said
MEMBRO
REPRESENTANTE DOS
PARTICIPANTES E ASSISTIDOS

Sívio Jardim de Oliveira Silva
MEMBRO
REPRESENTANTE DO INPA

Resolução nº 001/05

O Conselho Deliberativo da **FIPECq**, no uso de suas atribuições conforme preceitua o Art. 13, inciso I da Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001, por unanimidade,

R E S O L V E:

1. Aprovar o **“Balanço Patrimonial e o Relatório de Atividades da FIPECq - Exercício de 2004”**.

Brasília/DF, 02 de março de 2005.

Tarciso José de Lima
PRESIDENTE

Este relatório foi impresso em abril de 2005
Relatório de Atividades da FIPECq 2004
Supervisão: Isabel de Assis Fonseca
Produção: COMUNICA - www.agenciacomunica.com.br
Impressão: Gráfica Teixeira



Fundação de Previdência Complementar
dos Empregados ou Servidores da FINEP,
do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA



Disque FIPECq
0800-612002

www.fipecq.org.br